

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

PAULO ALEXANDRE GAIOTTO

A FORMULAÇÃO DO EDITORIAL DA *GAZETA DO POVO*: O DISCURSO  
RELATADO NA CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO

MARINGÁ – PR  
2006

PAULO ALEXANDRE GAIOTTO

A FORMULAÇÃO DO EDITORIAL DA *GAZETA DO POVO*: O DISCURSO  
RELATADO NA CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo

MARINGÁ  
2006

PAULO ALEXANDRE GAIOTTO

A FORMULAÇÃO DO EDITORIAL DA *GAZETA DO POVO*: O DISCURSO  
RELATADO NA CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Aprovado em 25 de setembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
- Presidente -

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Aparecida Lopes Benites  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Marta Furlanetto  
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL/Tubarão – SC

Dedico este trabalho

Aos meus pais, Antonio e Izabel.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter reservado mais essa oportunidade em minha vida e, além disso, guiada pela sua luz.

Ao meu orientador, Prof. Edson, por ter acreditado e investido no trabalho.

À Leila e Natália, pelo carinho, pela ajuda e por sempre estarem perto de mim.

Ao amigo Geraldo José da Silva, que sempre depositou confiança.

A todos os funcionários da Biblioteca, do Programa de Pós-Graduação (PLE) da Universidade Estadual de Maringá e do Campus Regional de Cianorte, pelo apoio.

À Banca do Exame de Qualificação, Prof<sup>a</sup> Furlanetto, Prof<sup>a</sup> Sônia e Prof. Edson, pela leitura atenta e pelas sugestões.

Aos colegas e professores que “torceram” por este trabalho, pelo incentivo.

[...] talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito [...] Não somos o que deveríamos ser, mas somos o que iremos ser. Mas graças a Deus, não somos o que éramos (Martin Luther King).

## RESUMO

O editorial caracteriza-se, de forma geral, por ser o texto no qual a empresa jornalística veicula sua opinião oficial sobre os mais diversos temas. O objetivo deste trabalho é investigar a formulação da opinião no editorial do jornal *Gazeta do Povo* e verificar se o discurso relatado desempenha papel relevante em sua constituição. Analisando a funcionalidade das citações na construção dos textos, procuramos mostrar também que as formas de retomada de vozes alheias proporcionam um diferencial na elaboração do editorial do periódico. Nosso *corpus* de análise é formado por quarenta e um editoriais que abordam a temática do crescimento econômico brasileiro, publicados no período de 01/06/2004 a 29/01/2006. A partir dos estudos da enunciação e da linguagem jornalística, a avaliação do discurso relatado é feita pelo levantamento das incidências de discurso direto, discurso indireto, comentário sobre a fala, aspas, verbos *dicendi* e discurso segundo, levando em conta sua função na construção do texto. Os resultados de nossa pesquisa demonstraram que há na mídia impressa uma nova perspectiva de construção do editorial. Embora o *corpus* apresente uma minoria de editoriais (sete) que atende ao modelo proposto pelos manuais de redação e estilo dos jornais brasileiros, a maioria (trinta e quatro) confirma o uso do discurso relatado na formulação da opinião como uma inovação desse gênero textual, visto que esse discurso funciona como âncora para a opinião que o editorialista pretende veicular.

Palavras-chave: linguagem jornalística; editorial; discurso relatado; *Gazeta do Povo*.

## ABSTRACT

Editorials, as a rule, are texts by which the newspaper board propagates its official opinion on a wide range of themes. The formulation of opinions in editorials of the newspaper *Gazeta do Povo* and whether discourse has an important role in its constitution are analyzed. Through the analysis of the functionality of quotes in text construction current research shows that the forms of other voices differentiate the elaboration of the newspaper's editorials. Forty-one editorials on Brazilian economical growth, published between June 1 2004 and 29 January 2006, make up current research corpus. Discourse is evaluated as from the analysis of the enunciation and journalistic language through a survey of incidences in direct speech, indirect speech, second discourse, commentary on discourse, inverted commas and *dicendi* verbs within the context of their function in the text construction. Results show that in newspaper media there is a novel perspective in the construction of editorials. Although the researched corpus represents few editorials (a mere seven) that fit the model suggested by essay and style handbooks of Brazilian newspapers, most (thirty-four) foreground the use of the discourse in the formulation of opinion as an innovation in current textual genre. This discourse actually underpins the opinion that the editorial writer wishes to convey.

**Key words:** newspaper language usage; editorials; *Gazeta do Povo*; reported discourse.

## ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 - Categorias elaboradas a partir da posição do discurso relatado na estrutura do editorial .....	86
Quadro 2 – Classificação dos verbos <i>dicendi</i> do <i>corpus</i> a partir da proposta de Charolles (1998, <i>apud</i> Benites, 2002 e Maingueneau 1993).....	98
Quadro 3 – Manifestações do discurso relatado e suas marcas na organização do editorial da <i>Gazeta do Povo</i> .....	100

## ÍNDICE DOS APÊNDICES

1 – Contato on-line (Yahoo! Mail – celsonasci@onda.com.br) .....	119
2 – Questionário respondido pela <i>Gazeta do Povo</i> sobre os aspectos metodológicos durante a produção do editorial.....	120

## ÍNDICE DOS ANEXOS

T-01	01/06/2004	Mirando a prosperidade
T-02	12/06/2004	O crescimento chegou
T-03	15/06/2004	O caminho do desenvolvimento
T-04	24/06/2004	Sinais positivos
T-05	05/07/2004	Para garantir o crescimento
T-06	10/07/2004	Os problemas do crescimento
T-07	12/07/2004	Brasil a boa imagem
T-08	17/07/2004	Chegou o crescimento
T-09	06/08/2004	Como sustentar o crescimento
T-10	15/08/2004	Crescimento sem mágicas
T-11	12/09/2004	Crescimento com distribuição
T-12	13/09/2004	O dilema inflação-crescimento
T-13	30/10/2004	Preparando para 2005
T-14	12/12/2004	Balanço positivo
T-15	21/12/2004	Os bons resultados de 2004
T-16	26/12/2004	O feliz fim de 2004
T-17	30/12/2004	O Brasil e o PIB
T-18	06/01/2005	Para sustentar o crescimento
T-19	11/01/2005	Estratégia para o desenvolvimento
T-20	27/01/2005	Aproveitar o ciclo econômico
T-21	09/02/2005	Os dilemas da inflação e crescimento
T-22	13/02/2005	Crescimento ortodoxo

T-23	15/02/2005	Em cena a política econômica
T-24	11/03/2005	Longe do ideal
T-25	15/03/2005	Exportação com qualidade
T-26	13/04/2005	Momento histórico
T-27	15/04/2005	Exportar é o que importa
T-28	24/04/2005	A crise na agricultura
T-29	25/04/2005	O Brasil precisa crescer
T-30	04/05/2005	O crescimento das exportações
T-31	09/05/2005	Brasil, fórmula para crescer
T-32	24/08/2005	A blindagem da economia
T-33	29/08/2005	Condições para o crescimento
T-34	01/09/2005	Em foco o crescimento
T-35	08/09/2005	Crescimento apesar da crise
T-36	30/09/2005	Brasil menos competitivo
T-37	10/10/2005	Muda o ciclo da economia
T-38	30/12/2005	Sem saudades
T-39	04/01/2006	Aproveitar o avanço externo
T-40	05/01/2006	Acertos e erros na economia
T-41	29/01/2006	Agenda para o Brasil

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
<b>CAPÍTULO I - A LINGUAGEM JORNALÍSTICA E O GÊNERO EDITORIAL .....</b>	<b>18</b>
1.1 Considerações iniciais .....	18
1.2 A linguagem jornalística: características gerais .....	18
1.3 O gênero editorial .....	24
<b>CAPÍTULO II – O DISCURSO RELATADO .....</b>	<b>35</b>
2.1 Considerações iniciais .....	35
2.2 O dialogismo da linguagem e o fenômeno da polifonia .....	35
2.3 As manifestações clássicas do discurso relatado: o discurso direto e o indireto .....	43
2.3.1 As aspas, os verbos <i>dicendi</i> e a modalização em discurso segundo .....	50
<b>CAPÍTULO III - O DISCURSO RELATADO NA CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO NO EDITORIAL DA GAZETA DO POVO.....</b>	<b>55</b>
3.1 Considerações iniciais .....	55
3.2 O jornal <i>Gazeta do Povo</i> e o seu editorial.....	56
3.3 O crescimento econômico nacional e a <i>Gazeta do Povo</i> .....	65
3.4 O discurso relatado na construção do editorial da <i>Gazeta do Povo</i> .....	72
3.4.1 A posição do discurso relatado no editorial.....	73
3.4.2 As manifestações e as marcas do discurso relatado no editorial .....	87
3.4.3 As manifestações e o funcionamento do discurso relatado em um editorial do <i>corpus</i> .....	102
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>118</b>

<b>ANEXOS .....</b>	<b>122</b>
---------------------	------------

## INTRODUÇÃO

A imprensa jornalística exerce grande influência sobre a sociedade. Os grandes jornais apresentam cadernos, divisões e subdivisões que procuram atender as demandas mais diversas da vida do homem moderno, tais como economia, política, esportes, agricultura, moda. Para fazê-lo, utilizam-se de textos com traços que se voltam mais diretamente para informar sobre os fatos ou para convencer, persuadir o leitor, levá-lo a aderir a um determinado posicionamento ou idéia. Entre os textos dessa segunda categoria, encontramos o editorial, tradicionalmente caracterizado como o espaço destinado à veiculação da opinião do jornal.

Dada a presença constante desse gênero textual nos mais diversos jornais, desde os veiculados por grandes empresas jornalísticas até os de pequenas cidades ou grupos (jornais estudantis, por exemplo), sempre tivemos interesse em tomá-lo como objeto de estudo. Assim, começamos a ler editoriais de jornais diversos, entre eles os de circulação nacional, como *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, e estaduais e regionais, como *Gazeta do Povo*, *Folha de Londrina* e *Diário do Norte do Paraná*. Pelas leituras realizadas, percebemos que todos os periódicos utilizam esse espaço para organizar a opinião do jornal, abordando temas do cotidiano de natureza social, econômica e política. No entanto, o editorial da *Gazeta do Povo* apresentou um aspecto diferenciado na elaboração de seu texto, caracterizando-se por uma grande recorrência ao discurso relatado.

A partir dessa constatação, voltamos nosso olhar para esse periódico, procurando investigar o uso do discurso relatado na construção de seus editoriais. Especificamente, objetivamos mostrar quais são as manifestações e as marcas do

discurso relatado que encontramos nos textos, como os editorialistas as utilizam e qual a funcionalidade delas na construção da opinião expressa no editorial. Para atingirmos nossos propósitos, nosso arcabouço teórico é constituído a partir de estudos de orientação enunciativa e, também, de outros procedentes do campo do jornalismo.

Entre os vários assuntos focalizados pelos editoriais da *Gazeta do Povo*, selecionamos a temática do crescimento econômico para compor nosso *corpus*. A opção deve-se ao fato de esse tema ter sido duradouro no período em que acompanhamos diariamente o jornal, mantendo-se na pauta jornalística da *Gazeta do Povo* durante vinte meses. O *corpus* de análise constitui-se de quarenta e um textos que abordam o *crescimento econômico* vivido pelo país, reunidos entre junho de 2004 e janeiro de 2006. Cabe ressaltar, no entanto, que textos de outras temáticas de natureza polêmica como, por exemplo, a saúde pública, os transgênicos, o pedágio das rodovias estaduais, poderiam ter sido usados para análise, pois o discurso relatado também está presente na construção dos editoriais que abordaram tais assuntos. Isso mostra que a utilização do discurso relatado nos editoriais da *Gazeta do Povo* não é um artifício “curioso”, presente em um ou outro texto, mas em virtude da forte recorrência que encontramos, caracteriza-se como um recurso de elaboração textual utilizado pelos editorialistas.

Quanto à estruturação, nosso trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, apresentamos uma abordagem sistematizada das características gerais da linguagem jornalística e considerações sobre o gênero editorial.

No segundo capítulo, tratamos da fundamentação teórica. Questões como o dialogismo da linguagem, a heterogeneidade enunciativa, a polifonia de locutores, o

arraçado por autoridade, as manifestações do discurso relatado e suas marcas são abordadas para subsidiar nossa análise do *corpus*.

No terceiro capítulo, desenvolvemos a análise ancorada no suporte teórico, nos objetivos propostos e na hipótese de que o discurso relatado contribui na elaboração do juízo de valor que o editorialista quer veicular. Iniciamos com uma reflexão sobre o jornal *Gazeta do Povo* e a linguagem empregada nos editoriais. Em seguida, para subsidiar a compreensão do assunto, apresentamos considerações sobre as condições sócio-históricas envolvidas na temática *crescimento econômico*. Por fim, analisamos o *corpus*, por amostragem, mostrando onde encontramos a presença do discurso relatado (se na elaboração da tese, no desenvolvimento ou na conclusão) e suas manifestações e marcas encontradas nos editoriais: discurso direto, discurso indireto, comentário sobre a fala, aspeamento, verbos *dicendi* e modalização em discurso segundo. Além disso, analisamos globalmente um editorial do *corpus*, mostrando como e por que o editorialista utiliza o discurso relatado na elaboração de seu texto.

Com nosso trabalho, pretendemos oferecer aos estudiosos da linguagem mais uma reflexão sobre a composição e o estilo de editoriais da mídia impressa em circulação no país, pois não encontramos, ainda, estudos que abordem o discurso relatado na construção da opinião desse gênero textual. O estudo suscita também reflexões sobre o uso do discurso relatado em outros gêneros textuais e, em um âmbito menor, na maneira utilizada pela *Gazeta do Povo*, principal jornal do Paraná, para elaborar e vender opinião, e, por conseguinte, “fazer a cabeça” dos paranaenses.

# **CAPÍTULO I**

## **A LINGUAGEM JORNALÍSTICA E O GÊNERO EDITORIAL**

### **1.1 Considerações iniciais**

Neste capítulo apresentamos inicialmente um panorama da linguagem jornalística em um cenário onde tudo circula muito rapidamente. Direcionamos nossos comentários buscando destacar, no que tange à linguagem, a mescla entre os registros formal e coloquial, o processo comunicativo e os compromissos ideológicos na composição do jornal como um todo. Destacamos também a importância que a pauta tem ganhado no jornalismo. Em seguida, discutimos a noção de gênero, apresentando as propostas de estudiosos no campo do jornalismo e da lingüística, a fim de fornecer subsídios teóricos para realizarmos uma tomada de posição a ser seguida em nossa pesquisa.

### **1.2 A linguagem jornalística: características gerais**

A imprensa, desde seus primórdios, se impôs como uma força política. Da monarquia à república, chegando à atualidade, os governos e empresários poderosos sempre utilizaram a imprensa para seus interesses, mas nunca perderam de vista o temor que se deve ter, ao tratar de um veículo de comunicação com poderes não só de elevar sua imagem, como também de puni-los, expondo severamente atos e fatos em forma de noticiário ao público. É importante ressaltar que o jornal não vende só

notícias, ele também veicula opiniões, faz com que seus leitores posicionem-se dessa ou daquela maneira diante de determinados fatos. Nesse sentido, para Capelato (1988), o jornal pode ser entendido como uma arma.

A meta de todo jornal é conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, por isso os periódicos buscam atrair o público leitor, conquistá-lo por meio de recursos persuasivos. Desta forma, a imprensa escrita, no decorrer de sua história, passou por uma sofisticação dos artifícios de sedução do público, impulsionada na atualidade também pela concorrência com os veículos de comunicação de massa eletrônicos. Isso obrigou os jornais a reestruturarem sua roupagem gráfico-editorial, repensando a diagramação e a linguagem utilizadas.

A diagramação passou a ser considerada um aspecto relevante por envolver a qualidade estrutural e visual do veículo de comunicação, pois, para aumentar a venda de um produto, o conteúdo e a embalagem devem ser atraentes. Para quebrar a monotonia e imprimir movimento ao todo do jornal, o diagramador, entre outras tarefas, organiza as imagens, o título principal e o secundário, a subdivisão dos textos, manipula o contraste entre o preto e o branco, considerados principais elementos do trabalho gráfico.

Além do aspecto gráfico, é preciso levar em conta a importância da linguagem e o trato que o jornalista dá a ela na tessitura de seu texto. A seleção temática a ser utilizada na notícia, o direcionamento interpretativo dado pelo jornalista/redator e a organização textual adotada nos conduzem ao entendimento de que está nas mãos do profissional da imprensa estabelecer afinidades com o público leitor, a partir daquilo que escolhe veicular e da maneira como o faz lingüisticamente.

A esse respeito, Benites (2001) considera que o jornal exerce uma função política em tom aparentemente imparcial, seja na apresentação de fatos positivos ou negativos envolvendo instituições ou indivíduos, seja através da ordenação hierárquica daquilo que se noticia, na supressão de uma matéria ou na inserção truncada desta, escolhendo, por exemplo, trechos de um discurso a ser relatado e definindo a forma como se dá esse relato. Além disso, deve-se observar qual é a modalidade da língua empregada no jornal. Segundo Lage (2002), o ideal é que a linguagem jornalística consiga conciliar uma comunicação eficiente e uma aceitação social na qual incorpore expressões coloquiais de criação recente, denominações transpostas de jargões científicos para designar novos objetos e atualizações pertinentes, concretizadas, por exemplo, em termos surgidos na televisão ou em expressões técnicas veiculadas por articulistas, economistas entre outros profissionais da imprensa.

Com relação aos registros de linguagem, Lage (2002) menciona que a língua nacional abriga pelo menos dois registros: o formal, que é próprio da modalidade escrita, e o coloquial, que compreende as expressões correntes na modalidade falada. Na perspectiva adotada pelo autor, a linguagem jornalística está sujeita à conciliação entre esses dois interesses, ou seja, uma comunicação eficiente (formal) e uma comunicação de aceitação social (coloquial). Assim, salienta que a linguagem jornalística pondera entre palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro formal. Um exemplo prático dessa situação encontramos em palavras formalmente escritas, como *esposa e indiciado*. Se adaptadas ao aspecto coloquial, tais palavras são usualmente aceitas pela linguagem jornalística sem alteração do conteúdo semântico por se tratar de uma seleção lexical ou outra, podendo, por exemplo, ser substituídas por *mulher e acusado*.

Há também uma relação entre o conceito de linguagem, o processo de comunicação e o compromisso ideológico. Para Lage (2002, p. 39), “a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo do mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação”. A partir disso, vale lembrar que no jornalismo o emissor “fala” a um grande número de receptores. Essa linguagem ocorre em terceira pessoa e caracteriza-se pelo uso do pronome oblíquo (se), o uso da impessoalidade. Normalmente a preferência é pelos verbos mais neutros como, *dizer*, *declarar* e *afirmar*. Porém, a ideologia está presente na linguagem jornalística, o que se justifica uma vez que o jornalismo não é feito fora da sociedade, muito menos do seu tempo histórico. Essa característica se faz presente nas expressões utilizadas pelos redatores. Ao lançar mão de palavras como *soldado* e *guerrilheiro*, cabe ao jornalista, por exemplo, verificar qual expressão se adequará melhor semanticamente em seu texto, mas de acordo com a ideologia adotada, afinal, “a melhor expressão é a que o redator domina, não a que impõe valores que por ele apenas transitam” (LAGE, 2002, p. 43).

As três situações cujo conceito de linguagem está relacionado ao fazer jornalístico, mostradas acima, configuram-se fortemente marcadas nos jornais escritos. Por meio da linguagem jornalística, é possível percebermos a mescla entre os registros de linguagem, o processo de comunicação e os compromissos ideológicos na composição do jornal como um todo. Em outras palavras, a presença desta mistura pode ocorrer tanto em notícias, reportagens, entrevistas, crônicas, artigos, comentários, como em propagandas, seção de entretenimentos, curiosidades, caderno de esportes e nos editoriais. A partir do trato que o jornalista dá à linguagem na feitura do seu texto, atira-se em um mundo de grandes batalhas para conquistar seus leitores. É possível

entendermos ainda que a linguagem jornalística é utilizada para engendrar um processo de articulação a partir de uma escolha oportuna frente àquilo que se pretende veicular. Assim, o jornal impresso funciona como um canal de difusão que assegura a transmissão de informação/opinião, em função de interesses e expectativas. Estas se configuram entre os interesses da instituição jornalística, aquilo que quer fazer saber, e as expectativas da coletividade, aquilo que o jornal pressupõe o que o seu público gostaria de conhecer.

A linguagem jornalística também passa por um “filtro”, conhecido como pauta. Com o intuito de cumprir o protocolo entre o que o jornal quer fazer saber e o que pressupõe que o seu público gostaria de conhecer, atualmente os jornais contam com um pequeno grupo de profissionais que trabalham ao lado dos repórteres, redatores e editores. Neste grupo encontra-se o pauteiro, cuja função é manter um fio condutor que delimita, a partir da pauta, o que e como será publicado.

Frente a essa situação, Rossi (1985) salienta que a pauta, de instrumento de orientação para repórteres e de informação para as chefias, passou, com o tempo, a uma espécie de Bíblia a ser seguida no trabalho jornalístico. Se a pauta trouxe facilidades e vantagens para o trabalho jornalístico, com o tempo, começou a atrair problemas relacionados à limitação do trabalho jornalístico, à filtragem e a distorções do noticiário que refletem a idealização de pessoas que estão na redação do jornal e não a de quem está em contato com o fato ou com pessoas geradoras da notícia. Além disso, a pauta propõe um direcionamento do trabalho jornalístico, justificado, na maioria das vezes, por interesses meramente convenientes ao veículo de comunicação. Segundo Melo (2003, p. 78), a pauta “não é apenas um elenco de temas ou assuntos a serem observados pelos jornalistas, mas uma indicação dos ângulos através dos quais os

acontecimentos devem ser observados e relatados”. Pode-se pensar que a organização do texto também seja pauta da direcionada hipótese que justificaria a pasteurização desse tipo de texto. Isso nos leva a crer que a instituição jornalística exerce um controle sobre o profissional da área, canalizando não só o que vai ser divulgado, mas também como fazê-lo em cada edição.

Nesse palco de grandes batalhas, onde o que dizer e para quem dizer envolve diretamente a linguagem jornalística, a arma poderosa é a palavra. Entre uma palavra e outra, somos levados a crer que existe um suave tempero: o mito da objetividade. Sua função na linguagem jornalística é a de colocar o jornal numa posição neutra, responsável apenas pela publicação do ocorrido, atribuindo ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões. A maior parte da imprensa importou esse mito dos padrões jornalísticos norte-americanos, cabendo ressalva apenas aos jornais de cunho ideológico ou partidário.

No entanto, a objetividade total é impossível, uma vez que o jornalista carrega consigo toda uma formação política e cultural que, de uma forma ou de outra, acaba influenciando o seu olhar sobre aquilo que pretende veicular. Além do relato dos episódios ocorridos em um determinado dia, a imprensa também vive da discussão, do debate e da análise de acontecimentos ou situações atemporais. O contato com novas idéias e diferentes opiniões permite ao jornalista a incorporação de novos saberes, renovando seu arcabouço de conhecimentos e pontos de vista sobre algo. Frente à imagem de isenção e imparcialidade, difundida como um dos principais parâmetros na linha editorial dos veículos de comunicação, Benites (2001) entende que a subjetividade e a ideologia estão implícitas no texto, tendo em vista a organização do material verbal

e o conjunto de opções estilísticas utilizado pelo locutor. Portanto, essa ocorrência, mesmo que implícita, é característica da linguagem jornalística.

### **1.3 O gênero editorial**

A noção de gênero nos estudos lingüísticos é discutida em áreas de pesquisa como o ensino aprendizagem da língua escrita, a relação língua e sociedade e outras áreas com pesquisas em desenvolvimento. No presente contexto, a relação língua e sociedade é a que nos interessa, particularmente a que se materializa na linguagem jornalística.

A leitura de estudiosos do jornalismo nos mostrou que circula em seus estudos um conceito de gênero diferente daquele que encontramos nos estudos lingüísticos. O gênero é entendido pelos jornalistas a partir de um critério funcional, como, por exemplo, informar ou orientar o leitor. Partindo dessa premissa, devemos considerar, entre outros, o gênero informativo e o opinativo, que se subdividem em tipos textuais que obedecem à funcionalidade condizente com cada modalidade.

Já nos estudos lingüísticos, o gênero é definido por apresentar um fundamento externo (discursivo) que leva em conta o uso, a função social que desempenha e não a forma. Nesse sentido, o editorial é entendido como um gênero por exercer a função social de orientar, uma vez que veicula em um portador determinado e apresenta traços básicos de um modelo macroestrutural com introdução, desenvolvimento e conclusão.

Diante desses dois olhares – conceito de gênero na visão dos jornalistas e na perspectiva dos estudos lingüísticos –, Bonini (2001) salienta que o entendimento dos

jornalistas sobre gênero está mais centrado em aspectos da prática (profissional), como informar e orientar do que no uso, ou função social (discursiva) exercida por ele. Observemos, a seguir, considerações já consolidadas e em andamento de questões relacionadas ao gênero, sob perspectivas propostas tanto por pesquisadores inseridos no campo de ação do jornalismo, quanto por lingüistas.

Beltrão (1980), com pesquisas pioneiras acerca do jornalismo brasileiro, preocupou-se em classificar os gêneros jornalísticos. Segundo o autor, essa classificação fundamenta-se em um critério funcional, ou seja, ocorre a partir do conteúdo do texto. Salieta que os gêneros são separados segundo as funções que desempenham junto ao público leitor, quais sejam: explicar, interpretar ou orientar. Assim, considerando a prática jornalística, instaurou a classificação em três categorias: a) jornalismo informativo; b) jornalismo interpretativo; e c) jornalismo opinativo.

Nessa perspectiva, inseridas no gênero informativo estão a notícia, a reportagem, a história de interesse humano e a informação pela imagem. No gênero interpretativo encontra-se apenas a reportagem em profundidade. Ao gênero opinativo pertencem o editorial, o artigo, a crônica, a opinião ilustrada e a opinião do leitor.

A partir dessa representação de gênero, subdividido em categorias amplas, o editorial seria entendido como um tipo textual pertencente ao gênero opinativo. Na opinião do autor, isso é possível uma vez que o editorial tem função de orientar cada leitor a uma determinada conclusão e, para isso, “deve abordar assuntos e problemas de natureza social, econômica e política” (BELTRÃO, 1980, p. 59). Krieger (1990) também concorda com esse contexto funcional no qual o editorial está inserido, mas acrescenta que os editoriais são considerados discursos modalizados narrativamente pela interpretação. Por isso, “cumprem a função comunicativa de fazer saber e de fazer

compreender ao público-leitor os jogos de conduta dos governantes, as implicações, para a vida do país, das atitudes e decisões governamentais” (KRIEGER, 1990, p. 159).

Ao tratar de gênero no jornalismo, os estudos de Melo (2003) vão na mesma direção dos de Beltrão (1980). Segundo Melo (2003), o editorial é um texto com formato pertencente ao gênero opinativo e que faz parte de uma categoria da comunicação periodística, que em nosso caso é o jornalismo. O diferencial entre os autores está na proposta de reclassificação dos textos pertencentes ao gênero informativo e ao opinativo. Ao avaliar o gênero opinativo, Melo (2003) amplia o rol de textos pertencentes a esse gênero, dividindo-o em editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Para o autor, a proposta de reclassificação justifica-se uma vez que Beltrão (1980), em sua classificação, adotou apenas o critério funcional e, com isso, “não se ateu à natureza de cada um (estilo, estrutura narrativa, técnica de codificação), mas obedeceu ao senso comum que rege a própria atividade profissional” (MELO, 2003, p. 60).

Essa proposta de reclassificação dos gêneros não extrapola a questão estrutural (forma), mantendo visível uma distância entre o conceito de gênero seguido pelos jornalistas e o conceito veiculado pelos estudos lingüísticos, baseados em fundamentos discursivos e centrados no uso. No entanto, ela nos permite visualizar como se dá a elaboração do editorial bem como sua composição a partir do campo de ação do jornalismo. Essa visualização contempla desde a escolha do tema até a linguagem utilizada, entre outros recursos lingüísticos que perpassam o processo de comunicação escrita.

Nesse sentido, Martins Filho (1997) ressalta, em seu *Manual de redação e estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo*, que o editorial é o espaço reservado ao veículo de

comunicação para opinar. Enfatiza premissas já cristalizadas e difundidas no gênero opinativo, sob a perspectiva do jornalismo, como: partir de uma escolha temática conveniente ao jornal e argumentar de maneira que direcione para a persuasão e conclusão. O autor não oferece detalhes sobre os aspectos a serem seguidos como norte na construção do texto opinativo – apenas atribui ao editorial esse caráter. Para o autor, o jornal como um todo, mesmo que indiretamente, transmite opiniões, deixando, com isso, transparecer posicionamento e traços ideológicos. Porém, reforça que somente através do editorial é que o editorialista expressa a opinião do veículo de comunicação. Rabaça & Barbosa (1987, p. 227) concordam com Martins Filho (1997) e acrescentam que “o editorial apresenta principalmente em sua forma impressa, para jornal, traços estilísticos peculiares. (...) É um ensaio curto embebido de senso de oportunidade”.

No *Manual da redação Folha de S. Paulo* (2001, p. 64), o editorial também está definido como o texto que expressa a opinião de um jornal. Quanto ao estilo, o manual acrescenta que deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado, desenvolver argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir de forma condensada a posição adotada pelo veículo.

Já na opinião de Bahia (1990), o editorial é definido como o texto que interpreta e realiza uma espécie de julgamento sobre o que está acontecendo. Além disso, o autor salienta de maneira sistematizada que o editorial

(...) é uma notícia qualificada, porque fere e representa o foro íntimo do veículo. É uma notícia engajada, porque geralmente se envolve em busca de definição e escolha. É uma notícia exclusiva porque emite uma opinião própria. É uma notícia de profundidade, porque não se limita à superfície dos fatos e incorpora autoridade, consistência e

hierarquia ao seu conteúdo. O seu estilo é o da persuasão e sua linguagem a mais direta possível. O editorial trabalha em cima dos fatos e também a propósito deles, o que deixa entrever uma anterioridade, uma antecipação formal que valoriza as possibilidades e as evidências para lastrear o juízo de valor (BAHIA, 1990, pp. 99-100).

Diante disso, a escolha de alguns caminhos como, por exemplo, partir de uma temática conveniente ao jornal, transmitir um estilo enfático e equilibrado ao mesmo tempo e produzir um texto que ao interpretar realize uma espécie de julgamento tendo em vista uma notícia qualificada, são características básicas que, para os estudiosos acima mencionados, influenciam na composição do texto com formato editorial. Entretanto, seguir esses parâmetros é uma opção de cada veículo de comunicação, determinada, na maioria das vezes pela equipe de editorialistas. Em outras palavras, partindo de determinadas escolhas, essa equipe modela o estilo e a natureza do editorial a ser veiculado. Nosso *corpus*, por exemplo, nos dá mostras de que os editorialistas nem sempre usam uma linguagem que privilegia o tom objetivo e direto, como propõem Bahia (1990) e os manuais de redação e estilo seguidos pelos jornais brasileiros.

De acordo com Rodrigues (2001), a opção que determina as diferentes fisionomias em textos editoriais está ligada ao espírito do jornal bem como à clareza da sua linha. Essa opção expressa aquilo que o jornal pretende ser e idealiza o tipo de relação que almeja estabelecer com seus leitores. Outra questão é a existência de uma interdependência entre a personalidade editorial e os componentes (grupo de jornalistas) que a constituem. Trata-se das escolhas temáticas, da unidade de estilo e linguagem, da coerência ideológica, da firmeza na sustentação de posições defendidas,

da capacidade de autocrítica, do rigor informativo, da sensibilidade para a captação do essencial, e, sobretudo, da solidez da ponte que liga o editorial ao jornal de que é parte.

Uma vez mostrada a compreensão de gênero sob a perspectiva dos estudiosos do jornalismo, passamos a discutir a perspectiva lingüística. Na opinião de Bonini (2003a), muito se fala dos gêneros da imprensa, porém, em termos acadêmicos, os mecanismos lingüísticos/sociais que caracterizam os gêneros textuais ainda são pouco conhecidos. Segundo o autor, a literatura da área de comunicação, em sua maioria, trabalha com um conceito de gênero já ultrapassado, oferecendo para a atualidade poucas respostas quanto à compreensão de objetos de linguagem em meios sociais específicos. Nesse sentido, Bonini (2003a) procura entender o modo como o conceito de gênero aparece na literatura da área de comunicação. Isso se dá através da análise de textos teóricos e didáticos, dos manuais de estilo dos jornais e dos dicionários de comunicação. Por defender a idéia de que a noção de gênero é pouco precisa e que há grande divergência nos rótulos citados como gêneros, seus estudos seguem critérios cognitivos, direcionando o olhar teórico para a relação entre o sujeito socialmente constituído (no caso do jornalista) e sua linguagem (os gêneros).

Em um outro momento de seus estudos, Bonini (2003b) aborda as noções conflitantes existentes entre veículo de comunicação e gênero textual. A intenção é provocar uma discussão envolvendo noções de código, mensagem, canal, veículo de comunicação, considerando a perspectiva comunicativa já consagrada nos estudos de Sperber e Wilson (1986). O autor justifica esse trabalho afirmando que tais noções são responsáveis por produzir incoerências na noção de gênero, tornando-a pobre e limitada. Por isso, defende a importância de se levantar elementos para a reavaliação da perspectiva comunicativa e enunciativa a respeito dos gêneros.

Ao pensar em elementos para a reavaliação dos gêneros, Bonini apresenta em seu livro *Gêneros textuais e cognição* (2002) a importância do esquema cognitivo para a representação do conhecimento sobre gêneros. Afirma que o esquema está ligado a uma realidade psicológica da superestrutura textual. Seus estudos tratam de identificar como os jornalistas entendem a noção de gênero, qual é a definição que estes carregam internalizada e como ocorre essa aplicação na prática profissional.

Para Baltar (2003, p. 31), “o número de gêneros textuais numa determinada sociedade é, em princípio ilimitado, ampliando-se de acordo com os avanços culturais e tecnológicos”. Essa perspectiva é corroborada por Rebelo (1999, p. 33), ao acrescentar que “os gêneros apresentam variações porque a própria atividade humana se manifesta de forma diversa”.

Bakhtin (2003) explica que o querer dizer de um determinado locutor concretiza-se no momento em que ele escolhe um gênero do discurso. Isso nos autoriza afirmar que, para cada objetivo comunicativo a ser atingido, escolhe-se um gênero que seja peculiar àquela situação. Diante dessa escolha, é possível dizer isso e não aquilo, em um determinado contexto de comunicação.

Na obra *Estética da criação verbal* (2003), Bakhtin afirma que os gêneros apresentam uma progressiva complexidade, ou seja, passam de primário para secundário, tornando-se instrumentos para novas construções. O autor exemplifica a noção de gênero utilizando a carta: entendida como gênero primário, a carta assume no interior do romance, por exemplo, características de gênero secundário que só se integra à realidade do romance como um fenômeno da vida literária e não da vida cotidiana. Ressalta ainda que existe a possibilidade de essa carta assumir variadas formas. Em outras palavras, o autor nos chama a atenção para o seguinte: ao tomar a

carta como exemplo, a questão não está na designação do gênero, mas sim na identificação de elementos que possam distinguir um enunciado do outro. A partir disso, torna-se possível discernir qual é a função dessa carta: se é pessoal ou comercial, se é um romance, etc.

Siqueira (2003, p. 12) também recorre à carta para esclarecer a noção de gênero discursivo, acrescentando que “é por meio da função que a carta ganha uma certa característica e que o gênero discursivo é identificado. [...] Convém destacar que a forma é clara e definida e que a função é variável dependendo do contexto de produção”. Por isso, o autor explica ainda que o

gênero tem fundamento externo (discursivo), visto que está centrado no uso e não na forma. Os gêneros não se caracterizam e nem se definem pela forma (estrutura) e sim pela função (social), ou seja, eles são dinâmicos, e, portanto, têm sua estabilidade moldada conforme a situação social (SIQUEIRA, 2003, p. 14).

Para entendermos melhor essas considerações, torna-se importante ressaltar as noções de ambiente discursivo e evento discursivo, conforme esclarece Baltar (2003). Para o autor, a análise de um gênero permeia a relação existente entre língua e sociedade, incluindo suportes textuais, instituições sociais e seus enunciadores. Nessa análise, o gênero configura-se como sendo uma ocorrência em um evento discursivo e em um ambiente discursivo específicos. Logo, entendemos que o editorial pode ser considerado um evento discursivo, pois, a partir do momento em que se usa a atividade de linguagem para constituir um texto, envolvem-se enunciadores determinados com objetivos pré-estabelecidos pelo ambiente ao qual pertencem. Em nosso caso, o ambiente discursivo é a mídia impressa (o jornal), entendida como o lugar ou instituição

social onde se organizam formas de produção, bem como as respectivas estratégias que visam direcionar a compreensão pretendida.

No que diz respeito à estruturação do editorial, Guimarães (1992) procura, ao estudar editoriais selecionados do jornal *Folha de S. Paulo*, verificar quais são suas categorias formalizadoras. A autora afirma ser possível estabelecer um esquema textual a fim de detalhar a estrutura do editorial, a partir de um esquema textual específico. Assim, o editorial é definido pelas seguintes categorias:

da definição, contendo o evento, organizado pelo fato noticioso acompanhado de comentário; da explanação, contendo as causas e as conseqüências; da avaliação compreendendo um processo estimativo onde se estabelece o valor de bem e de mal para o evento; da conclusão ou moral, abrindo perspectivas (GUIMARÃES, 1992, p. 183).

Ainda a propósito do que Guimarães (1992) menciona sobre um esquema textual para o editorial, cabe aqui um adendo. Embora o editorial apresente-se definido por categorias específicas, Krieger (1990, p. 159) nos alerta para o seguinte: o editorial consiste no “artigo que expressa a opinião do órgão editor”. Assim, se levamos em conta que o editorial é o artigo desenvolvido sob a responsabilidade do editorialista, distinguindo-se inclusive por não ser assinado, editorial e artigo são textos muito próximos, tanto na forma (esquema textual) quanto no conteúdo.

Na opinião de Rodrigues (2001), o editorial e o artigo realmente configuram-se muito imbricados, em formato e em conteúdo. Ressalta ainda que, se o conteúdo temático dos artigos e editoriais, em uma mesma edição da seção opinativa, tem como característica abranger objetivos discursivos diferentes, por outro lado, “ocorre que os

artigos (ou com mais frequência os editoriais) publicados em diferentes jornais (ou ainda no mesmo jornal) acabam entabulando uma mesma temática por estarem orientados para os mesmos acontecimentos sociais de interesse jornalístico” (RODRIGUES, 2001, p. 148). Embora cada editorialista ou articulista tenha seu estilo próprio, no tocante à forma, a clareza é condição indispensável para que o editorial atinja seu objetivo. Além da clareza, o direcionamento argumentativo e estrutural, visando o convencimento, é um outro fator que permite a aproximação entre editorial e artigo.

Com relação aos temas, cabe aos profissionais da equipe editorial avaliarem a importância do assunto. Como já abordamos anteriormente, os temas, mesmo que variados, acabam ciclicamente abordando o cenário político, administrativo e econômico do país. Logo, uma boa política editorial não deve oscilar demasiadamente em temas diversos em um período curto, por exemplo, em um mês, mas também não deve se cristalizar em um único assunto, em decorrência das mudanças nos diversos campos sociais.

Assim, o mais viável para esse caso é analisar a maneira como o acontecimento vem sendo tratado socialmente. Como acontece na maioria dos casos, temas polêmicos raramente se esgotam em um só comentário jornalístico. Se os fatos se justificam e prendem o leitor, o jornal passa a imagem de ser vivo e coerente. Além disso, instaura-se uma ponte que liga o editorial ao corpo do jornal, seja com as reportagens, com a manchete, com a notícia e mesmo com a pequena nota.

Um exemplo que ilustra bem essa questão é o tema escolhido para nossa pesquisa. O *crescimento econômico* nacional envolveu uma quantidade numerosa de fatos, ações políticas, comentários, análises, e, por isso, ganhou força na mídia. Em

nosso caso, a *Gazeta do Povo* veiculou um variado número de textos sobre esse assunto por vinte meses, perfazendo, apenas de editoriais, o total de quarenta e um textos. O mesmo não ocorreu com temas de menor abrangência, pois, devido à pouca relevância do assunto, o tema acabou desaparecendo da mídia, reabrindo espaço para articulistas e editorialistas continuarem a analisar temas mais polêmicos, inacabados.

## **CAPÍTULO II**

### **O DISCURSO RELATADO**

#### **2.1 Considerações iniciais**

As páginas que seguem apresentam algumas questões teóricas envolvendo a interação verbal e o discurso relatado. Recorreremos aos fundamentos teóricos de Bakhtin para demonstrar a importância da interação verbal no processo comunicativo, a fim de justificar a preocupação do locutor com seu interlocutor no jogo enunciativo. A partir disso, abordamos outras questões sobre o dialogismo na linguagem, o fenômeno da polifonia, as formas marcadas e não-marcadas de heterogeneidade discursiva. Essa fundamentação teórica pretende alicerçar a discussão sobre os mecanismos utilizados pelo editorialista ao citar a fala alheia, nos enunciados opinativos encontrados nos editoriais constituintes do nosso *corpus*.

#### **2.2 O dialogismo da linguagem e o fenômeno da polifonia**

A partir das considerações de Bakhtin acerca do dialogismo da linguagem, percebemos que o autor russo entende o diálogo não somente no sentido restrito do termo – a interação verbal face a face – como também num sentido amplo, englobando toda e qualquer comunicação verbal. Ao considerar a linguagem como dialógica, Bakhtin contrapõe-se às concepções metodológicas denominadas subjetivismo idealista e objetivismo abstrato. O subjetivismo idealista considera que o ato de fala é uma

atividade individual, utilizada pelos homens para expressar seus pensamentos. Este reduz a linguagem à enunciação monológica isolada, pois toma por base as condições da vida psíquica e individual do sujeito falante. Já o objetivismo abstrato entende a língua como um sistema de signos abstrato e autônomo, descartando do estudo da lingüística a enunciação e o ato de fala. Com o intuito de superar essas posições dicotômicas e por acreditar no caráter interativo da linguagem, Bakhtin afirma que a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, ou seja, a interação entre interlocutores, por meio da enunciação, é o princípio fundador da língua.

Na obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1992), Bakhtin ressalta também que um interlocutor real pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor, uma vez que a palavra sempre se dirige a um interlocutor. Para o autor, quando pensamos e exprimimos nosso pensamento, torna-se necessário que esta enunciação leve em conta a realidade em que vivemos e o meio social que nos engloba. Além disso, para que o interlocutor compreenda as palavras dessa enunciação, é preciso considerar a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos. Toda a preocupação de Bakhtin (1992) sobre a orientação da palavra em função do interlocutor justifica-se por acreditar que “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém” (BAKHTIN, 1992, p. 113). A palavra é, portanto, o território comum do locutor e do interlocutor, uma espécie de ponte lançada entre eles.

Para definir a relação da palavra com o locutor, Bakhtin (1992) afirma que a palavra não lhe pertence totalmente, porém, cabe-lhe uma boa metade. No ato fisiológico de materialização da palavra, o locutor é incontestavelmente o dono da

palavra. A partir do momento que consideramos não só o ato físico de materialização do som, mas a materialização da palavra como signo, a questão da propriedade torna-se bem mais complexa. É preciso deixar de lado a idéia de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, para entendermos que sua realização na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais. Nas relações sociais, é evidente a presença das vozes sociais, as quais trazem consigo posicionamentos ideológicos. Isso é muito comum nos textos opinativos jornalísticos, uma vez que diferentes posições ideológicas manifestam-se na construção da opinião a ser veiculada.

Bakhtin (1992) salienta também que os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião, cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano. Na ideologia do cotidiano, é preciso distinguir vários níveis, determinados pela escala social que serve para medir a atividade mental e a expressão e pelas forças sociais em relação às quais eles devem diretamente se orientar. A esse respeito, Bakhtin (1992) menciona que “o discurso escrito num processo interativo é, de certa maneira, parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais etc.” (BAKHTIN, 1992, p. 123). Lembra ainda que qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal.

Diante disso, a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes. A língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal social dos locutores.

Na perspectiva da interação verbal, de um lado o locutor enuncia em função da existência de um interlocutor e, do outro lado, a recepção/compreensão do que foi enunciado nos sugere uma réplica: trata-se da possibilidade de uma apreciação, concordância, discordância, crítica e/ou uma ação.

A atitude de reagirmos diante das palavras enunciadas, seja porque elas nos incomodam, seja porque nos remetem a questões ideológicas com as quais concordamos ou não, denota que realmente compreendemos o enunciado proposto. A compreensão, portanto, está além do reconhecimento do sinal, da forma lingüística. Segundo Bakhtin (1992, p. 112), a enunciação pode ser definida como “o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”. Nesse sentido, além do ponto de vista enunciativo, é importante que se leve em conta o ponto de vista das condições de produção, pois esse último equivale ao horizonte social que determina a ideologia do grupo social bem como a época à qual os interlocutores pertencem. Assim, na visão bakhtiniana, a proposta da interação verbal tem a finalidade de demonstrar que:

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim, a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1992, p. 123).

No entendimento de Bakhtin o dialogismo, princípio constitutivo da linguagem, decorre da interação verbal e desdobra-se em duas noções: a do diálogo entre interlocutores no espaço do texto e a do diálogo entre muitos discursos que se instala no interior de cada texto. Segundo Barros (1999), o autor russo entende o dialogismo interacional pelo deslocamento do sujeito, uma vez que este perde o papel de centro e

é substituído por pelo menos duas diferentes vozes sociais, fazendo dele um sujeito histórico e ideológico. Quanto ao diálogo entre discursos, a autora salienta que na visão bakhtiniana essa “intertextualidade” é, antes de tudo, uma intertextualidade interna das vozes que falam e polemizam no texto, reproduzindo nesse texto o diálogo entre outros textos.

A partir desses aspectos do dialogismo interacional de Bakhtin, é possível compreendermos aquilo que o autor denomina de horizonte ideológico. Em outras palavras, significa dizer que as características dos discursos não são individuais, pois estão mescladas na relação entre sujeitos (interlocutores que interagem) e na relação dos sujeitos com a sociedade. Cada sujeito ocupa um lugar e um tempo específicos no mundo e desenvolve suas atividades na fronteira entre o eu e o outro. Dessa forma, o discurso não é individual, mas se constrói ainda que por dois interlocutores, que são seres sociais.

Tendo em vista que todo texto é considerado dialógico, constataremos mais adiante que, nos textos do *corpus* desta pesquisa, há o diálogo entre interlocutores no espaço do texto, e que, além disso, esses textos dialogam com outros do universo sociocultural. O editorialista é um locutor pertencente a um horizonte ideológico que pode ser equivalente ou não ao do seu interlocutor. A partir disso, seleciona procedimentos discursivos, como o discurso relatado, permitindo que outras vozes além da sua se mostrem no espaço do texto. Assim, a palavra acaba sempre perpassada pela palavra do outro, confirmando-nos a noção de que o dialogismo é o permanente diálogo entre os diversos discursos que configuram uma sociedade ou uma comunidade e que a linguagem é, portanto, essencialmente dialógica. Cabe ressaltar

que o dialogismo, como afirma Castro (1993), é o princípio filosófico orientador dos conceitos do autor russo, entre eles o de polifonia.

Bakhtin (2002) define polifonia a partir das obras de Dostoiévski, considerando esse autor como o criador do romance polifônico. Segundo Koch (1999), Guimarães (1987) e Tezza (2001), Bakhtin parte da premissa de que há textos narrativos literários que se caracterizam por nele falarem várias vozes. Para Bakhtin (2002, p. 4), “a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski”. Essas vozes e consciências aparecem sob várias perspectivas distintas e plenas, sem serem filtradas pela perspectiva, consciência ou ideologia do autor.

A concepção de polifonia formulada por Bakhtin no domínio da literatura, foi trazida para a Pragmática Lingüística por Ducrot e seguida por outros estudiosos. Segundo Silva (1991, p. 57), “uma diferença entre a Teoria da Polifonia, de Ducrot e Bakhtin, é que Ducrot trata das representações de várias vozes no interior do enunciado e Bakhtin trata da Polifonia no texto como um todo”. Com relação a esse distanciamento teórico na utilização do termo polifonia, Romualdo (2002, p. 32) corrobora as considerações de Silva (1991) e acrescenta que a proposta de Ducrot “é, entretanto, diferente da de Bakhtin, pois não aplica a teoria a textos ou seqüências de enunciados, como fez o autor russo, mas apenas a enunciados, numa visão enunciativa do sentido”.

Ducrot (1987) recorre à polifonia para contestar o pressuposto da unicidade do sujeito falante, idéia segundo a qual em cada enunciado encontramos somente um autor. Para Ducrot (1987, p. 182) é “necessário distinguir entre esses sujeitos pelo

menos dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores” (DUCROT, 1987, p. 182). A esse respeito, Maingueneau (1993) acrescenta que, no entendimento de Ducrot, ao distinguirmos em uma enunciação dois tipos de personagens, ocorre o fenômeno da polifonia. Esta pode estar desmembrada em dois tipos diferentes: a de locutores (quando há mais de um locutor no mesmo enunciado) e a de enunciadores (quando há mais de um enunciador no mesmo enunciado).

Segundo Ducrot (1987), o locutor é um ser que, no próprio sentido do enunciado, é apresentado como seu responsável. Em outras palavras, é alguém a quem se deve atribuir a responsabilidade deste enunciado. Assim, o locutor é considerado como ser do discurso, diferente do sujeito falante, empírico, real. O locutor fala, relata e, por isso, é entendido como fonte do discurso. Desta forma, em uma enunciação que envolva o discurso relatado, por exemplo, na qual o locutor utiliza-se do discurso direto ou indireto para citar a fala de alguém, podemos identificar a polifonia de locutores se imaginarmos que: a) enquanto locutor, este não se coloca como responsável por essa fala; b) embora não se apresente como responsável pela fala relatada, não deixa de ser responsável pela enunciação **1** que afirma ter ocorrido uma enunciação **2**.

Dependendo da cena enunciativa em questão, é possível que as atitudes discursivas do locutor sejam atribuídas a enunciadores que se distanciam ou se aproximam do seu ponto de vista. Para Maingueneau (1993, p. 77), os enunciadores são seres “cujas vozes estão presentes na enunciação; (...) efetivamente eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista; (...) o locutor pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diversas da sua”. É o caso de situações comunicativas como “Muito bem!” ou “Que ótimo!” em que essas expressões tenham assumido papel de absurdo. Nesses enunciados irônicos faz-se ouvir uma voz diferente

da do locutor, a voz de um enunciador que expressa um ponto de vista insustentável. Com isso, o locutor assume as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam. Uma outra ocorrência de polifonia de enunciadores está na negação. Para Ducrot (1987), em uma situação como “Pedro não é gentil”, percebemos o resultado de dois atos ilocutórios distintos: a) num primeiro ato, tem-se uma situação positiva com relação à gentileza de Pedro; b) posteriormente, o outro ato vem como uma recusa do primeiro. Assim, o locutor que assume a responsabilidade de que “Pedro não é gentil” coloca em cena um enunciador afirmando que Pedro é gentil e outro que se opõe a essa afirmativa, demonstrando a polifonia de enunciadores. A presença da polifonia de locutores em nosso *corpus* será analisada no Capítulo III, para mostrarmos como os editorialistas da *Gazeta do Povo* utilizam o discurso relatado na construção da opinião.

Na produção dos editoriais, encontramos estratégias discursivas para inserir outras vozes no texto que nos levam a considerar a distinção proposta por Authier-Revuz (1982 e 1990) entre heterogeneidade mostrada e constitutiva. Em seu texto *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)* (1990), a autora define a heterogeneidade mostrada como um conjunto de formas que inscrevem o outro na seqüência do discurso, englobando o discurso direto, indireto, as aspas, as formas de retoque ou de glosa, o discurso indireto livre e a ironia.

A heterogeneidade mostrada, ainda segundo a autora, divide-se em duas modalidades: a marcada, da ordem da enunciação e visível na materialidade lingüística; e a não-marcada, da ordem do discurso e não provida de visibilidade. A forma de heterogeneidade mostrada (marcada) evidencia o discurso com certas formas, como as aspas, os parênteses, o itálico, que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e

aquilo que ele diz. Quanto à heterogeneidade constitutiva, é considerada como aquela forma que não se mostra no fio do discurso, pois embora o outro esteja sempre inscrito no discurso, sua presença não é explicitamente demarcada.

Na opinião de Maingueneau (1993), as heterogeneidades do discurso são traços do funcionamento discursivo na relação de seu interior com o seu exterior. Segundo ele, enquanto a heterogeneidade mostrada incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, a constitutiva não é marcada em superfície, mas pode ser definida observando a formulação de hipóteses conforme a Análise do Discurso vem definindo em seus estudos.

Interessa-nos para esta pesquisa a forma de heterogeneidade mostrada, pois é a que ocorre em nosso *corpus* por meio de uma quantidade significativa de citações, tanto em discurso direto como indireto.

### **2.3 As manifestações clássicas do discurso relatado: o discurso direto e o indireto**

A reprodução das falas alheias em uma nova enunciação pode ser organizada a partir de duas manifestações diferentes: em discurso direto ou indireto. Os conceitos que encontramos em gramáticas tradicionais de discurso direto e indireto mostram que há uma distância formal e funcional entre eles. Cunha (1972), por exemplo, afirma que o discurso direto reproduz literalmente a fala de quem é citado, sem a interferência de quem a usou. No discurso indireto, ao contrário, a citação não é textual, e o locutor usa suas palavras para reproduzir a fala de outro.

Vale ressaltar que, para o autor, ao utilizar-se do discurso direto, o locutor citante está transcrevendo o enunciado do outro tal como foi formulado, ou, caso não saiba exatamente como foi, é possível que imagine ou simule a transcrição do enunciado mantendo todos os traços de subjetividade (desejos, interjeições, ordens, blasfêmias, entre outros). Embora seja senso comum o entendimento de que o discurso direto é a reprodução “fiel” do discurso citado, concordamos com Maingueneau (1996, p. 105) que a citação em discurso direto pode expressar apenas o núcleo do que foi dito. Mesmo assim, isso pode levar o leitor a supor que se trata da “repetição do *significante* do discurso citado”.

Também na percepção de Maingueneau (1993), seria ingenuidade opor o discurso direto ao indireto, sob a alegação de que o primeiro pretende reproduzir literalmente as alocações citadas. Assim,

seria mais exato ver nele uma espécie de teatralização de uma enunciação anterior e não uma similitude absoluta. Dito de outra forma, ele não é nem mais nem menos fiel que o discurso indireto, são duas estratégias diferentes empregadas para relatar uma enunciação (MAINGUENEAU, 1993, p. 85).

Na opinião de Ducrot (1987), a diferença existente entre estilo direto e indireto não significa que o primeiro daria a conhecer o conteúdo e sua forma original, e o segundo, só o conteúdo, pois o estilo direto pode também visar só o conteúdo, ao selecionar uma seqüência de palavras imputando-as a um locutor. Nesse sentido, afirma que o “estilo direto implica fazer falar um outro, atribuir-lhe a responsabilidade das falas, isto não implica que sua verdade tenha uma correspondência literal termo a termo” (DUCROT, 1987, p. 187).

Independente da reprodução “fiel” ou da “suposição”, o discurso direto envolve a nítida separação dos campos de subjetividade dos discursos citante e citado, pois as diferentes vozes aí presentes não se misturam. Esse distanciamento é, no dizer de Maingueneau (1996), uma encenação no interior da fala, uma maneira de o locutor citante justificar que não é ele quem está dizendo, mas foi o outro que disse.

Risso, em sua tese *A representação da fala dos personagens em Fogo Morto* (1978), tece algumas considerações sobre o formato do discurso direto e indireto em que é reproduzida a fala das personagens. Comenta que há traços de oposição entre o discurso direto e indireto, sendo identificados em dois momentos: na frase introdutora e na frase reprodutiva. Quanto à primeira, no discurso direto não há elementos conectivos que marcam vínculo entre as falas. A mudança de locutor nesse tipo de discurso (inserção de fragmentos da fala do personagem) é sinalizada graficamente pelas aspas ou dois pontos.

Assim como Maingueneau (1996), Garcia (1983) e Benites (2002), a autora acrescenta que essa fala vem precedida por uma frase do narrador, que encerra a identificação do locutor e uma “função declarativa”, preenchida geralmente por um verbo de elocução, também chamado de verbo *dicendi* ou *declarandi*. Esse procedimento anuncia o discurso desse mesmo locutor.

Quanto à frase reprodutiva, Risso (1978, p. 35) afirma que o que caracteriza essa modalidade é a reprodução da fala tendo em vista um contexto ou “situação local” em que se desenvolvem os diálogos, muitas vezes com “estruturas truncadas, fragmentos de perguntas e respostas, enfim, de frases que escapam a uma estrutura lógica e racional e não apresentam, formalmente explícitos, todos os seus elementos gramaticais”. A reprodução em discurso direto procura manter o colorido da fala original,

seus traços característicos, não adaptando-a à fala do locutor citante, como ocorre no discurso indireto.

Em se tratando do discurso jornalístico, a citação em discurso direto assume importância indiscutível, dada a grande presença dessa estratégia de retomada da voz alheia nos textos dos jornais. Quanto à questão de sua literalidade, alguns manuais de redação e estilo costumam ser mais rígidos e outros mais flexíveis. O essencial é que o conteúdo proposicional seja preservado, porém o *Manual da redação: Folha de S. Paulo* (2001, p. 31) alerta que “ao reproduzir uma declaração textual é proibido alterar a literalidade do que foi dito, mesmo que se trate de alterações que mantenham intacto o sentido da declaração”. Já no entendimento de Martins Filho (1997), o cuidado que se deve tomar é para que as adaptações do texto às normas lingüísticas não permitam que a citação assumam um caráter artificial. Seu conselho é o de que, “embora as declarações entre aspas devam transcrever com fidelidade as palavras do entrevistado, adapte o texto às normas gramaticais, acerte as concordâncias, elimine as repetições muito freqüentes e contorne os vícios de linguagem” (MARTINS FILHO, 1997, p. 87).

O discurso indireto pode ser entendido como uma apreciação que o locutor faz da fala do outro, pois seleciona, resume, analisa e interpreta a fala alheia, readequando-a, via adaptações lingüísticas, a um relato essencialmente informativo. Para Benites (2002, p. 60), no discurso indireto o locutor citante é visto “como um tradutor que faz uso de suas próprias palavras para transmitir idéias de outro”. Essa característica de apreciação o torna diferente do discurso direto no que diz respeito à maneira de relatar uma enunciação, já que o discurso direto normalmente assume outra característica que não a de análise.

A questão do “tradutor” mencionada por Benites (2002) nos permite salientar as transposições formais e adequações mencionadas por Risso (1978). Segundo a autora, a valorização do conteúdo torna o discurso indireto mais informativo e impessoal, pois deixa de lado a preocupação com o colorido da enunciação original. Os elementos lingüístico-afetivos, antes de entrar numa construção indireta, passam de formas de discurso a conteúdo ou são registrados na frase introdutora como um comentário anexo ao verbo *dicendi*. Ao contrário do que ocorre no discurso direto, há uma integração subordinativa entre a frase introdutora e a reprodutiva, geralmente marcada pela conjunção integrante *que*. Além disso, na frase reprodutiva, devemos considerar as acomodações que os dêiticos (formas de primeira pessoa e indicadores espaço-temporais) e os tempos verbais sofrem em função de o locutor fazer uso de suas próprias palavras para transmitir as idéias do outro. Para Risso (1978, p. 48), a transposição do tempo verbal é freqüente quando o verbo *dicendi* assume a forma do pretérito (disse, respondeu, afirmou, etc), ausentando-se em situações em que o verbo *dicendi* assume forma de presente.

Ainda com relação à fala relatada em discurso indireto, Benites (2002) nos faz um alerta sobre a possibilidade de encontrarmos, nessa variação do discurso, o relato de fala e o comentário sobre a fala. Saber discernir esses aspectos implica o seguinte entendimento:

No primeiro caso, um determinado ato de elocução é narrado (sintetizado) com as palavras de quem o cita. Já no comentário sobre a fala, não é um ato de elocução particularizado que é objeto de referência, (...) mas o texto como um todo, e o relato consiste basicamente num comentário geral sintetizador sobre a direção central ou o teor básico que se deduz de todo um conjunto de declarações, em sua globalidade (BENITES, 2002, p. 65).

Embora haja variações formais entre as duas manifestações clássicas de retomada das vozes alheias, vimos que nenhuma delas garante fidelidade absoluta à fala relatada, pois tanto o discurso direto quanto o indireto podem ser articulados pelo locutor citante de acordo com seus propósitos argumentativos. Maingueneau (1993) relembra que ocultar-se por trás de um terceiro é a maneira mais hábil de sugerir o que se pensa sem, no entanto, responsabilizar-se por isto.

Esse “terceiro”, mencionado por Maingueneau na articulação do discurso relatado como mecanismo que leva à persuasão, pode ser encontrado nos estudos de Ducrot (1987) sobre argumentação por autoridade. Há a autoridade polifônica, inscrita na língua e que pode ser observada, segundo Koch (1999), nos fenômenos da pressuposição, negação, forma verbal e certos operadores argumentativos. Há também o arrazoado por autoridade, que, conforme explicita Ducrot (1987), é o discurso no qual se defende uma causa, alegando razões. Portanto, o arrazoado por autoridade é um tipo de prova reconhecido e válido em uma dada época e coletividade social. Embora Ducrot (1987) tenha definido a argumentação por autoridade em duas formas, a autoridade polifônica e o arrazoado por autoridade, interessa-nos esta última, devido às ocorrências significativas em nosso *corpus*. Veremos na análise que o editorialista constrói um percurso discursivo servindo-se com frequência do arrazoado por autoridade.

Essa forma de argumentar por autoridade significa trazer para o seu discurso a voz do outro como sendo um ser competente e/ou autoridade naquilo que profere. Ducrot (1987) afirma que, no arrazoado por autoridade, o locutor de um enunciado assevera que há uma asserção de **P** por **X**. **X** não aparece como um enunciador, mas como um ser empírico, como um objeto da realidade, a quem se atribui a propriedade

de asseverar **P**. Para Maingueneau (1993), a conclusão da verdade ou da verossimilhança repousa na crença de que **X**, por não ser um imbecil, ao dizer que **P**, muito provavelmente não se enganou no que disse. Argumentativamente, esse mecanismo funciona como uma autorização, ou mesmo, uma obrigação de se concluir a partir de **P**.

Maingueneau (1993) também observa que, para uma formação discursiva, **X** não pode ser qualquer um, pois há coerções muito fortes que pesam sobre sua identidade e que remetem aos próprios fundamentos dessa formação discursiva. Ainda na perspectiva da importância de **X** no funcionamento do arrazoado por autoridade, Benites (2002) afirma que, para que os leitores admitam a veracidade ou a verossimilhança dos argumentos oriundos do arrazoado, é importante que a autoridade constituinte do discurso citado seja por eles conhecida.

Assim, no processo argumentativo, retomar o discurso do outro revestido de competência para fazer tal afirmação implica duas situações: a) se o locutor recorreu ao discurso do outro para reafirmar o seu, é porque ele pretende aproximar-se daquele ponto de vista; b) dentro do processo persuasivo, recorrer ao discurso de alguém respeitado como autoridade no assunto é uma estratégia persuasiva para conduzir o interlocutor a concordar com o seu discurso, já que se identifica com um arrazoado por autoridade. De acordo com Breton (1999, p. 84), o argumento de autoridade funciona raramente isolado, geralmente ele se “insere em uma argumentação de conjunto e serve para preencher certos vazios, para construir ‘pontes’ entre elementos do real. Atrás do argumento de autoridade se escondem, às vezes, verdadeiros pontos de vista”.

Vale lembrar que o locutor citante, ao destacar de um texto alheio um determinado fragmento, faz a seleção por critérios seus e, nesse sentido, um enunciado separado do seu contexto pode assumir valor diferente do que tinha originalmente. O freqüente uso de citações em textos jornalísticos tem principalmente o objetivo de ilustrar e dar credibilidade ao argumento apresentado, mas pode também, entre outras questões, representar precaução, ironia, afastamento. Trazendo a discussão para o tema da nossa pesquisa, veremos no capítulo de análise que em nosso *corpus* o editorialista articula o discurso relatado (direto ou indireto) em seu favor como mecanismo direcionador à interpretação que pretende no editorial. Por meio dessa estratégia e do papel que lhe é instituído de representante do veículo de comunicação, vai conduzindo o leitor, mesmo que de maneira implícita, à opinião intencionalmente pretendida pela oligarquia jornal *Gazeta do Povo*.

### 2.3.1 As aspas, os verbos *dicendi* e a modalização em discurso segundo

As aspas e os verbos *dicendi* são elementos que nos auxiliam não só na identificação do discurso relatado mas também na compreensão da intenção do jornalista ao fazer uma citação.

As aspas devem ser entendidas, segundo Maingueneau (1993), como um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. É uma operação de distanciamento, sinalizando ao leitor que determinada palavra ou seqüência de palavras entre aspas não pertence totalmente ao mesmo discurso, tendo sido deslocada de seu discurso originário e inserida ou acoplada em outro espaço, outro discurso. O autor explica que é

possível encontrarmos na linguagem palavras entre aspas que significam apenas a sinalização de ênfase, ou, particularmente, demarcam a palavra como pertencente a uma língua estrangeira ou a um vocabulário especializado.

Além dessa forma de utilização, o uso das aspas em textos escritos funciona como um recurso gráfico responsável por mencionar um outro ato de enunciação que difere do que está em curso. Esse recurso gráfico, designado aspeamento, é entendido por Authier-Revuz (1990, p. 25) como uma das formas de heterogeneidade mostrada responsável “por inscrever o outro na seqüência do discurso”. Maingueneau (1993, p. 90) acrescenta que “as aspas designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu ‘exterior’; um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que ele coloca fora de seu próprio espaço”.

No caso da utilização de aspas em uma seqüência de palavras, cabe ao leitor a tarefa de compreender o motivo pelo qual aquela parte do texto está em destaque. Essa manifestação representa o relato em discurso direto e, também, garante por parte do locutor, o distanciamento e a indicação de que a fala relatada na enunciação em curso não é sua. Maingueneau (1993) ressalta também que, ao demarcar o discurso do outro, o locutor citante se protege antecipadamente de uma crítica do leitor.

Benites (2002, p. 61) corrobora a posição de Maingueneau (1993), acreditando que “as aspas permitem delimitar a voz alheia dentro do discurso assumido pelo locutor que cita”. A autora alerta para o fato de que o aspeamento nunca é neutro, uma vez que o locutor citante, ao selecionar o discurso relatado, acaba estrategicamente demonstrando uma tomada de posição. Isso pode ser entendido como resultante da aprovação do dito, da sua ridicularização ou da sua negação que desencadeia a intenção do locutor em proteger-se de polêmicas, uma vez que foi o outro quem o

disse, ou de aproximar-se ao relato por comungar daquele pronunciamento alheio, expondo-se a ele.

Na opinião de Marcuschi (1991), a imprensa reproduz uma gama enorme de posições e, durante esse fazer jornalístico, a linguagem hospeda alguns verbos responsáveis por introduzir opiniões. Para o autor, “os verbos agem seletivamente sob os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa como características ideológicas” (MARCUSCHI, 1991, p. 74).

A interpretação a que o autor se refere pode desdobrar-se em: a) interpretação explícita, sendo possível identificar um comentário do redator; b) interpretação implícita, sendo reconhecida pela seleção dos verbos introdutores de opinião; e c) interpretação pela seleção do que é informado.

O autor acredita que, ao se reproduzir a opinião de alguém, esse processo é fruto de uma certa compreensão realizada e, embora aparente certa inocência, não impede a ocorrência de possíveis distorções ou interferências no discurso relatado.

Imbuído de inquietações sobre a dúvida de se relatar opiniões sem manipulá-las, bem como as estratégias usadas pelos jornais no relato dessas opiniões, Marcuschi (1991) considera que está nos verbos introdutores de opinião a condução do discurso relatado.

Garcia (1983) elaborou uma classificação para os verbos usados nos diálogos, encontrados na literatura de ficção (contos, romances), dos quais a linguagem jornalística também faz amplo emprego. Na opinião de Garcia (1983, p. 131), “eles pertencem, *grosso modo*, a nove áreas semânticas, cada uma das quais inclui vários de

sentido geral e muitos de sentido específico”.<sup>1</sup> O autor alerta ainda que é possível encontrarmos algumas variações dos verbos de elocução e que, por analogia aos verbos *dicendi*, são chamados de *sentiendi* ou de sentir. Tais verbos expressam a carga de afetividade presente na língua falada, como: estado de espírito, emoções, reação psicológica, atitudes ou gestos. Não vem ao caso aprofundarmos explicações sobre essa variação (*sentiendi*), tendo em vista que algumas áreas semânticas dos verbos *dicendi* já abarcam as ocorrências pertinentes ao nosso *corpus*.

Risso (1978) observa que o emprego dos verbos também sugere semanticamente sentidos diferentes, sendo importante uma certa cautela na sua utilização. Essa preocupação justifica-se porque a expressividade semântica de cada verbo concentra em si traços funcionais que vão além de apresentar a fala: traduzem atitudes, intenções, estados emocionais, entre outros. No caso do verbo *dizer*, a autora entende que este atua tão-somente como simples indicador da fala, demonstrando menor grau de compromisso com o dito do outro por parte do locutor.

No âmbito jornalístico, o *Manual da redação Folha de S. Paulo* (2001) aconselha que os verbos declarativos sejam usados somente para introduzir ou finalizar falas dos personagens da notícia. Sugere na esfera declarativa a utilização de verbos como *dizer*, *declarare* e *afirmar*, compreendidos como verbos mais neutros.

Charolles (1988, *apud* BENITES, 2002 e MAINGUENEAU, 1993) entende que os verbos *dicendi*, com exceção do *dizer*, “aparentemente neutro”, sempre veiculam diversos pressupostos. Diante disso,

---

<sup>1</sup>Conforme os estudos e a classificação proposta por Garcia (1983), as nove áreas semânticas mais comuns e de sentido geral dos verbos *dicendi* são: a) de dizer (afirmar, declarar); b) de perguntar (indagar, interrogar); c) de responder (retrucar, replicar); d) de contestar (negar, objetivar); e) de concordar (assentir, anuir); f) de exclamar (gritar, bradar); g) de pedir (solicitar, rogar); h) de exortar (animar, aconselhar); i) de ordenar (mandar, determinar).

ao afirmar-se que alguém *revelou* alguma coisa, incide-se sobre o valor de verdade do enunciado; *repetir*, *replicar* e *concluir* implicam uma posição cronológica posterior a dizer ou afirmar, enquanto que *reconhecer* ou *confessar* incidem sobre o ponto de vista atribuído ao enunciador (CHAROLLES *apud* BENITES, 2002, p. 112).

Nessa perspectiva, entendemos que os verbos *dicendi* não só enunciam as vozes constitutivas de uma enunciação mas também servem de suporte para a formulação dos enunciados nos quais as opiniões são apresentadas. No capítulo de análise demonstraremos, entre outras questões já mencionadas, o quanto a seleção dos verbos introdutórios de opinião é recorrente na linguagem jornalística. Esse fato justifica-se uma vez que por meio da seleção do verbo é que o editorialista consegue resultados persuasivos, considerando o seu interlocutor.

Além do uso das aspas e dos verbos *dicendi*, outra maneira de o locutor indicar que não é responsável por um enunciado é a modalização em discurso segundo. De acordo com Maingueneau (2004), o termo *discurso segundo* foi emprestado de Authier-Revuz e consiste em evidenciar o discurso citado a partir do uso de um modalizador explícito que marca a fala do *outro* no discurso, como por exemplo: segundo fulano..., para fulano..., na opinião de fulano... Ao adotar o uso do modalizador em discurso segundo, o locutor pretende deixar claro que está se apoiando em um outro discurso e, assim, tal enunciação não é de sua responsabilidade.

## CAPÍTULO III

### O DISCURSO RELATADO NA CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO NO EDITORIAL DA *GAZETA DO POVO*

#### 3.1 Considerações iniciais

Neste capítulo analisamos os editoriais da *Gazeta do Povo*, procurando demonstrar como o discurso relatado é utilizado na construção dos textos do periódico. Inicialmente, apresentamos uma visão geral sobre o Jornal, sua página editorial e questões relacionadas à linguagem empregada nos textos.

Sendo o jornal um instrumento que veicula diferentes temáticas geradas no seio da sociedade, a questão do crescimento econômico ocupa espaço nesse capítulo (seção 3.3), com a finalidade de demonstrar as condições sócio-históricas do desenvolvimento do tema delimitado, recorrente em vinte meses. Consideramos que a explanação desse assunto serve de subsídio para a compreensão da temática veiculada nos editoriais do *corpus* e, por conseguinte, dos fragmentos textuais apresentados.

A partir da seção 3.4 até a 3.4.3, tratamos mais especificamente da análise do discurso relatado nos editoriais do Jornal. Focalizamos, de início, a posição e o funcionamento do discurso relatado na construção da opinião, considerando a compreensão da estrutura textual dos editorialistas da *Gazeta do Povo*. Em seguida, por amostragem, analisamos fragmentos extraídos de diversos editoriais para demonstrarmos as manifestações (discurso direto, discurso indireto e comentário sobre a fala) e as marcas (aspeamento, verbos *dicendi* e modalização em discurso segundo)

do discurso relatado presentes no *corpus*. Depois, analisamos na íntegra um exemplar do *corpus*, para mostrar como a posição, as manifestações e as marcas do discurso relatado presentes naquele texto funcionam na construção da opinião.

### 3.2 O jornal *Gazeta do Povo* e o seu editorial

De acordo com os estudos do Marplan/EGM (2004)<sup>2</sup>, a credibilidade alcançada pela *Gazeta do Povo* junto à população faz com que esse periódico lidere as vendas no Estado do Paraná, posicionando-se entre os maiores jornais do país em circulação. Segundo o Instituto, a eficiência do Jornal é comprovada pelos números: de cada cem paranaenses que lêem jornal aos domingos, noventa e três lêem a *Gazeta do Povo*. Nos demais dias da semana, o número de leitores chega a 53%. Isso denota uma tiragem impressa exorbitante, representando milhões de exemplares todo mês, o que o consolida como um meio de comunicação de massa. No sentido de atender aos anseios e exigências do seu público leitor, apresenta gêneros textuais específicos, como já mencionamos anteriormente, em cadernos com divisões e subdivisões. Entre outros gêneros, a *Gazeta do Povo* veicula o editorial em uma página própria do primeiro caderno.

Esse cuidado com o editorial decorre da modernização vivenciada pela imprensa jornalística nos anos 50 e 60, quando se distinguiu a função noticiosa da função opinativa, estendendo-se à imprensa brasileira o que já vinha ocorrendo em jornais

---

<sup>2</sup> O Marplan/EGM é um Instituto de Pesquisas que consolidou, em 2004, entre outros estudos, uma análise qualitativa e quantitativa sobre a circulação do jornal *Gazeta do Povo* no Estado do Paraná. Para tanto, selecionou pessoas de ambos os sexos com idade a partir dos 13 anos.

ingleses e norte-americanos. Segundo Bahia (1990), foi a partir da necessidade de valorizar a dimensão opinativa que surgiu a página editorial. Em alguns jornais essa página é independente, ou seja, veicula apenas editoriais sobre os assuntos mais discutidos no momento. Em outros, a página editorial configura-se conjugada, apresentando não só o editorial, mas também outros gêneros textuais que não refletem necessariamente a opinião do jornal. A página editorial pode ser entendida como sinônimo de página de opinião mesmo quando não se trata de uma página independente. Assim, é possível, nessa página, a presença conjugada do editorial, da charge do dia, de artigos assinados, cartas dos leitores, enfim, o que couber no âmbito opinativo. Se faltar espaço, a página seguinte passa a ser uma extensão da página editorial, veiculando textos que, normalmente, são de colaboradores. Esse formato de página editorial separada da reportagem visa dar maior significação jornalística e gráfica ao pensamento oficial do veículo.

A incorporação de outras seções opinativas à página editorial ou ao redor dela, como a dos artigos assinados, por exemplo, justifica-se pela tentativa de resgatar o interesse do público leitor pelo pensamento do veículo. Por isso, na maioria das vezes, a imprensa jornalística apresenta de forma interligada a temática do editorial, da charge, dos artigos assinados e das cartas dos leitores. Isso não significa que todos os textos reunidos na página em um mesmo dia necessariamente tratem do mesmo assunto, mas estão próximos e retomam ciclicamente a temática que veiculou como destaque no dia anterior ou no decorrer da semana. A opinião editorial é de responsabilidade do veículo, ao passo que a opinião não-editorial é de responsabilidade de quem assina. Daí advém o fato de a maioria dos veículos de comunicação impressa

reforçar, por meio de notas de rodapé, que as opiniões emitidas em artigos assinados são da inteira responsabilidade de seus autores.

A *Gazeta do Povo*, no que diz respeito à diagramação, mostra-se cuidadosa com a página editorial. Embora não tenha paginação fixa, essa página apresenta-se sempre no primeiro caderno, considerado o mais importante do periódico. Oscilando entre a metade e o final do caderno, submete-se à apreciação do leitor de forma dupla e conjugada. Inicia-se com dois editoriais: o primeiro, focado em nossa pesquisa, configura-se como texto principal pela dimensão que ocupa, tanto no aspecto físico quanto no de conteúdo; o segundo expõe-se em espaço menor, representando um quarto do primeiro e também é reconhecido como editorial por não ser assinado. Na seqüência, exibem-se a charge do dia, os textos dos colaboradores - nesse caso, representados por dois articulistas -, as cartas dos leitores e textos de dois ou três colunistas.

O editorial principal é impresso no topo da página e o espaço destinado ao corpo do texto vai de uma margem a outra. Caracteriza-se também pela palavra “opinião”, escrita sempre em caixa alta acima do título do texto. No centro do texto, encontra-se o que alguns manuais de redação e estilo classificam como o “olho do texto ou da notícia”. Trata-se de um chamamento direcionado ao leitor por meio de um trecho retirado do texto que enfoca um ou mais pontos culminantes do tema em discussão.

O primeiro editorial contém basicamente respostas pertinentes ao como e ao porquê diante do que se propõe, uma vez que trata de argumentar para se chegar a uma conclusão lógica. As premissas discutidas nos temas podem ser inspiradas numa notícia relevante, declaração do dia, da semana ou, até mesmo, fazer parte de uma questão maior, um assunto recorrente no Brasil ou no Mundo. Após a informação

exposta de maneira sucinta, parte-se para a argumentação, almejando caminhar para uma conclusão sobre os pontos de vista defendidos no texto, cujo objetivo está em orientar o leitor a uma determinada conclusão.

Quanto ao registro de linguagem utilizado, os editorialistas procuram seguir as normas convencionadas pelos estudiosos do jornalismo e pelos manuais de redação. Como vimos com Lage (2002), a linguagem jornalística pondera entre palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis em um registro formal, sem, no entanto, desprezar uma comunicação eficiente. A linguagem dos editoriais de nosso *corpus* é a formal culta, no entanto não encontramos palavras e expressões rebuscadas ou de pouca circulação - a não ser as estrangeiras e as de determinado jargão, necessárias à construção do texto devido à temática abordada - nem períodos de sintaxe extremamente complexos. Os editorialistas não extrapolam, portanto, os padrões de um leitor de formação média, garantindo a compreensão dos textos e a adesão aos pontos de vista defendidos.

Em questionário respondido para auxiliar nossa pesquisa, o jornal *Gazeta do Povo*, na pessoa do editorialista Celso Nascimento (2005), afirma que o editorial requer do jornalista que o escreve elevado padrão de linguagem e “extremo cuidado para a manutenção do bom-senso [sic] e do equilíbrio na opinião que externa”. Como se não bastasse, ao tratar do curto espaço de tempo de que dispõe o jornalista para escrever seu texto, o editorialista informa que, no caso do editorial, “há pelo menos duas supervisões – de revisão do texto (por parte de profissional revisor) e de verificação de conformidade da opinião expendida (por parte da alta direção)” (NASCIMENTO, 2005). Esse “ritual” confirma nossas reflexões sobre a importância da linguagem jornalística e o trato (qualidade) que o jornalista dá a essa linguagem na tessitura do seu texto.

Se quanto ao registro de linguagem os editoriais de nosso *corpus* seguem os padrões apresentados por Lage (2002), o mesmo não ocorre quanto às conveniências de utilizar a terceira pessoa agregada ao pronome oblíquo (se), para denotar o tom de impessoalidade e, ao mesmo tempo, a característica “analítica” convencionada pela maioria dos manuais de redação e estilo. Essa postura justifica-se uma vez que a imprensa busca atingir objetividade e imparcialidade no uso da linguagem. Embora percebamos que os articulistas, na maioria das vezes, manejem os recursos lingüísticos de forma a aparentar objetividade e um tom referencial, nosso *corpus* mescla textos com uso da terceira pessoa (T-22; T-25 e T-38)<sup>3</sup> com textos com a primeira pessoa do plural, como, por exemplo: *No Brasil não temos 5 mil anos de História, como os hindus, chineses, ou 3 mil, como os japoneses e coreanos* (T-03). Embora o uso da primeira pessoa do plural nesse exemplo possa ser substituído pelo pronome impessoal “se” utilizado em textos científicos, pois faz referência a uma informação objetiva, garantindo a objetividade pretendida pelo jornalismo, o mesmo não pode ser dito dos fragmentos a seguir:

Precisamos resolver os problemas que impedem a queda desses juros, ao lado da continuação das reformas modernizadoras, mas principalmente, precisamos de vontade e determinação para garantir que, nos próximos anos, o Brasil seja outro, um país com vontade de crescer, de forma continuada e sustentável. (T-29)

O exame dos números leva-nos a acreditar que o país poderá até superar a projeção inicial de exportar US\$ 111 bilhões até o fim deste ano, com um saldo de US\$ 34 bilhões. (T-30)

---

<sup>3</sup> O conjunto formado pela consoante “T” seguida de algarismos arábicos expressa a ordem cronológica em que os editoriais estão classificados no *corpus*.

No primeiro fragmento, com o uso do plural de sentido inclusivo (eu+tu+eles), o locutor interpela o leitor/interlocutor, para persuadi-lo de que a resolução dos problemas que impedem a queda dos juros depende de todos. O tom apelativo dado à conclusão do editorial acentua-se quando o discurso sai do campo objetivo dos problemas técnicos da economia e se encaminha ao da subjetividade, referindo-se à necessidade de vontade e determinação para garantir a mudança do país. Cabe ressaltar a utilização do advérbio *principalmente*, pois, em termos de argumentos apresentados, ele introduz o de maior relevância.

No segundo fragmento, embora a informação se baseie em dados técnicos anteriormente apresentados no texto, a marcação da subjetividade está no grau de possibilidade que a informação encerra. A forma verbal *poderá*, pela sua própria natureza modal e pelo uso no tempo futuro, leva a informação para o campo da possibilidade; já a expressão verbal *leva-nos a acreditar*, pela natureza semântica relacionada à crença, também reforça a natureza de possibilidade, fragilizando a objetividade pretendida pelo discurso jornalístico.

Com relação ao emprego dos verbos, a sugestão dos manuais de redação e estilo é pelo uso dos pretensamente mais neutros como *dizer*, *declarar* e *afirmar*. Realizamos um levantamento dos verbos *dicendi* presentes nos editoriais de nosso *corpus* e o resultado mostra que essa recomendação também não é seguida pelos editorialistas da *Gazeta do Povo*. Dos cento e trinta e quatro verbos introdutórios de discurso relatado, encontramos apenas seis *dizer* (T-06, T-20, T-23, T-24 e T-32\*)<sup>4</sup>, um *declarar* (T-07) e quatro *afirmar* (T-32\*, T-36 e T-40). Essas onze ocorrências correspondem somente a 8,4% dos verbos *dicendi* presentes em nosso *corpus*. Como

---

<sup>4</sup> O asterisco indica duas ocorrências no mesmo texto.

vimos, os verbos *dicendi* não só introduzem falas alheias como também veiculam diversos pressupostos. Portanto, para além do aspecto quantitativo, a baixa percentagem dos verbos “aparentemente neutros” demonstra que o editorialista usa em seus textos verbos que pressupõem uma intencionalidade interpretativa, buscando conduzir o leitor ao posicionamento por eles pretendido<sup>5</sup>.

Os temas para a composição do editorial e o ângulo de abordagem são definidos pela pauta, podendo coincidir ou não com as manchetes do dia. O trabalho de constituição de nosso *corpus* mostrou-nos que um assunto apresentado em uma manchete pode ser explorado dias depois, na mesma semana, durante o mês ou enquanto perdurar sua importância na mídia. Nascimento (2005), embora não afirme categoricamente a existência da pauta, leva a entender que existe um pequeno grupo que decide quais serão os temas abordados no editorial. Em suas palavras:

- . De um modo geral, os assuntos são definidos pelos próprios editorialistas ou, eventualmente, pela alta direção.
- . Há pelo menos dois critérios gerais que norteiam a escolha dos assuntos: o primeiro, que os temas sejam oportunos (fatos noticiados no dia ou em curso durante a semana); segundo, que sejam relevantes dos pontos de vista político, econômico, social ou comunitário. Suplementarmente, observa-se também o critério da proximidade – isto é, merecem prioridade os assuntos que, atendidos os pressupostos anteriores, digam respeito aos interesses mais imediatos do Paraná - área de circulação do jornal (NASCIMENTO, 2005).

A empresa jornalística *Gazeta do Povo* acredita que o editorial é o texto de maior responsabilidade, pois expressa o pensamento do Jornal e não o dos jornalistas que escrevem. Nascimento (2005) acrescenta que, apesar de os profissionais conhecerem as políticas editoriais da casa, não está descartada a possibilidade de receberem

---

<sup>5</sup> Na seção 3.4.2 discutiremos mais detidamente os pressupostos veiculados pelos verbos introdutores do discurso direto e indireto presente em nosso *corpus*.

orientações da direção superior, quanto à abordagem que devem desenvolver em assuntos específicos.

Para tratarmos da estruturação do editorial da *Gazeta do Povo* recorreremos inicialmente a Koch (1999), Serafini (1985) e Citelli (1994). Segundo esses autores, durante uma produção textual pertencente à modalidade dissertativo-argumentativa, põe-se em prática um processo articulatório que envolve a ordenação de idéias, a fim de analisar ou discutir fatos, justificando-os e relacionando-os frente à tese proposta. Figueiredo (1999) corrobora o pensamento dos estudiosos citados e acrescenta que esse momento pode ser entendido como seqüencial, com as informações ou pensamentos ali presentes relacionando-se progressivamente uns com os outros, avançando numa determinada direção. Relembra ainda que os parágrafos dissertativos expressam uma tese e têm a finalidade de convencer ou aliciar o leitor, por meio de argumentos no decorrer do texto.

Ainda quanto ao texto opinativo, Platão & Fiorin (2003) enfatizam que a estrutura textual deve seguir um padrão com início, meio e fim. Atribuem a essas partes o nome de anúncio, complicação, manipulação e desfecho (sanção).

Mesmo com algumas características que lhe são peculiares, o editorial do jornal *Gazeta do Povo* contém uma estrutura aproximada ao artigo de opinião. No questionário, Nascimento (2005) afirma que, embora o periódico utilize o *Manual de redação e estilo* do jornal *O Estado de S. Paulo*, na produção de seus textos, os jornalistas da *Gazeta do Povo* partem “de regras convencionais da redação jornalística levando em conta o gênero de matérias” que estiver escrevendo. Em resposta à questão um, Nascimento (2005) entende que para o editorial,

a técnica recomendada é dividir o texto em três grandes partes. Na primeira, apresentamos ao leitor o assunto sobre o qual iremos tratar/opinar; na segunda, desenvolvemos um raciocínio opinativo em torno do tema; e, na terceira, apresentamos a conclusão que tiramos do raciocínio (NASCIMENTO, 2005).

A partir dessa observação, identificamos uma diferença entre o esquema textual do editorial proposto por Guimarães (1992) e o entendimento da *Gazeta do Povo*. Para Guimarães (1992), a estrutura do editorial abarca definição, explanação, avaliação e conclusão. Já o Jornal não estabelece um momento para avaliação, o que nos leva a entender que essa categoria ocorra de forma conjunta com a conclusão. A partir do exposto, quando analisarmos, na seção 3.4.1 deste capítulo, o lugar no qual o discurso relatado aparece na estrutura do editorial, consideraremos o posicionamento dos jornalistas da *Gazeta do Povo*.

Diante das considerações apresentadas, é possível perceber que o editorialista leva em conta vários quesitos no momento em que formula a opinião oficial da *Gazeta do Povo*. Se investigarmos outras empresas jornalísticas, encontraremos variações no estilo do fazer opinativo bem como no resultado final, pois se existem pessoas diferentes em cada empresa, há também políticas editoriais com tendências diferenciadas. Na opinião de Bonini (2002), a questão das divergências (heterogeneidades nas produções do texto) está relacionada sobre a noção de gênero que o jornalista carrega internalizada e como ocorre essa aplicação na prática profissional. Frente a essas questões, é fato que a *Gazeta do Povo* vem demonstrando em seus editoriais traços de um estilo próprio ao produzir a opinião oficial do jornal, justamente pela utilização freqüente do discurso relatado, que se tornou alvo de investigação científica em nossa pesquisa.

### 3.3 O crescimento econômico nacional e a *Gazeta do Povo*

O crescimento econômico é um assunto cujas discussões são históricas. Desperta a atenção da maioria das pessoas, mesmo das que não estão envolvidas com a política, pois as decisões, que oscilam entre acertos e erros, são tomadas por um líder (governo) e atingem direta ou indiretamente a população (classe governada).

Os inúmeros fatos positivos ou negativos oriundos dos entraves políticos e econômicos são veiculados pela mídia impressa, televisiva, virtual, entre outras, alimentando o elo existente entre imprensa e interlocutor a partir do noticiário. Nesse sentido, os meios de comunicação estão constantemente pesquisando fatos inerentes à economia de um estado, de uma nação e mesmo do mundo. Sousa (2004, p. 01) defende que essas atitudes da mídia se justificam uma vez que as pesquisas partem do princípio de que "Economia é uma Ciência de fundamental importância para a humanidade, ao considerar a sua interligação com todos os elementos de um sistema geral que envolve a política e a economia".

Segundo os registros do compêndio *As Grandes Conquistas da Humanidade*<sup>6</sup>, no caso do Brasil, o assunto crescimento econômico toma corpo nas décadas de 40 e 50. Aos poucos surgiram algumas indústrias, porém dependiam da matéria-prima importada, máquinas e bens de consumo. A situação se agravou com a II Guerra Mundial, pois as importações ficaram complicadas e a alternativa idealizada pelo

---

<sup>6</sup> Lançada pela editora Klick, em 2003, essa obra reúne textos históricos que demonstram como cada período da nossa história foi marcado por descobertas e invenções, desencadeando o processo gradativo do crescimento econômico do Brasil e do Mundo.

governo foi a criação de algumas empresas estatais. Surge nesse momento, no Rio de Janeiro, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e posteriormente a Petrobrás.

Após a segunda metade dos anos 50, o processo de expansão industrial passou a ser o carro-chefe da economia do país. Na política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, ampliaram-se os serviços de infra-estrutura como transporte e fornecimento de energia elétrica. Assim, houve um aumento na produção de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, transporte ferroviário e construção naval.

No início da década de 70, o Brasil tornou-se uma potência emergente, com a economia apresentando resultados excepcionais e o PIB (produto interno bruto) crescendo paralelo ao setor industrial. Foi o ápice do crescimento econômico, pois no final dessa mesma década a situação começou a mudar. Justificada pela crise do petróleo e a alta internacional dos juros, iniciou-se no país uma desaceleração em efeito cascata que perdurou até o início da década de 90, apresentando grave desequilíbrio do país com o pagamento das contas públicas, descontrole irremediável na inflação, e produção industrial estática. O quadro agravou-se ainda mais com a abertura econômica, que permitiu a entrada maciça de produtos importados. Desta forma, o PIB, ao invés de avanço, apresentou queda explicada pelas baixas taxas de crescimento nos vários setores da economia. Vale lembrar que no início da década de 90 houve, por parte do Governo Collor, uma tentativa de controlar a inflação, confiscando grande parte do dinheiro que estava nas mãos da população.

Mas, somente com a implantação do Plano Real, em 1994, a economia brasileira começou a reagir, principalmente devido à queda da inflação com a nova moeda. A inflação é usualmente conceituada como um aumento contínuo no nível geral dos preços, que pode ocorrer quando há muito dinheiro no mercado, levando à prática do consumismo. De acordo com a lei da oferta e da procura, começam a faltar alguns produtos, pois a indústria nem sempre consegue suprir a demanda do consumismo, iniciando com isso o chamado carrossel da inflação. Houve a necessidade de o governo interferir, fixando altas taxas de juros para que as indústrias pagassem mais pela matéria-prima, sendo obrigadas a reajustarem seus preços. Em função dos aumentos de custo, os produtos finais assustaram um pouco os consumidores e o crediário começou a ficar inviável diante dos juros altos determinados pelo Banco Central.

Com o poder de compra da população reduzido e com a nova moeda em 1994, a inflação ficou controlada, a economia apresentava bons índices de crescimento e as exportações andavam em ritmo acelerado. Isso gerou superávit e um PIB positivo para o país, ou seja, o Brasil exportou mais do que importou. A partir desse ano, o reflexo das crises em algumas partes do mundo atingia o Brasil, provocando um novo início de recessão. O país viveu praticamente uma década oscilando entre juros altos, falta de política fiscal direcionada aos setores industriais, agrícolas e de serviços, inclusive com falta de investimentos que revigorassem o crescimento econômico. O resultado dessa turbulência alternou ciclos de expansão, períodos de estagnação e até mesmo de contração do PIB.

Diante disso, desde o início do Governo Lula em 2003, tornou-se comum a referência a uma agenda para o crescimento, nos discursos do presidente. Segundo

Jonel Chede<sup>7</sup>, colunista da *Gazeta do Povo*, essa proposta não é ruim, pois, em meio a tantas tentativas políticas frustradas para revigorar o crescimento econômico, deve-se pensar, em primeiro lugar, em reforma política profunda, moderna e democrática, com ações baseadas em um plano de estudos que contemple medidas para o crescimento. Salaria o colunista que alguns órgãos representativos de classes produtoras vêm pensando dessa mesma maneira há algum tempo. A Confederação Nacional das Indústrias, por exemplo, propôs, ainda em 2002, uma agenda para o crescimento, com sugestões que apontaram caminhos para desenvolver o país sem perder o rumo da economia.

Pode-se dizer que concretizou-se no governo Lula uma agenda para o crescimento, alicerçada em metas, como: políticas voltadas para o social, incentivo ao primeiro emprego e racionalidade econômica. Isso fica claro no editorial da *Gazeta do Povo* veiculado em 12/09/2004, que aborda o crescimento com distribuição<sup>8</sup>. Essas metas foram positivas, pois, juntamente com as tentativas anteriores ao governo Lula de colocar o país na rota do crescimento, foram responsáveis, em 2004, por índices excepcionais de crescimento em todos os setores da economia do país. Foi um surto de prosperidade que marcou o retorno do país ao processo de crescimento sustentado, já que o avanço ocorreu em todos os setores da economia.

Este momento histórico, cheio de novidades na vida sócio-político-cultural, além de comparações amargas com situações vividas pelo país em décadas anteriores, tornou-se um estopim noticioso que alimentou o jornalismo a partir do segundo trimestre

---

<sup>7</sup> Jonel Chede é ex-presidente da Associação Comercial do Paraná, vice-presidente do movimento Pró-Paraná e presidente do Conselho Gestor "Centro Vivo".

<sup>8</sup> CRESCIMENTO com distribuição. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 86, 12 set. 2004. Caderno 1, Editorial, p.14.

de 2004. Diante disso, a imprensa manteve-se fervorosa no trato dessa temática, devido ao caráter polêmico desse assunto, o que provocou muitas discussões na sociedade, pois, uma política econômica que aspira por crescimento sustentado envolve todos os estados de uma nação, além de alguns países parceiros no processo de exportação/importação.

Aproveitando os altos e baixos da economia e o eufórico surto de prosperidade para um crescimento sustentado, houve um monitoramento incessante por parte da mídia em geral, especialmente da imprensa escrita. A partir de constatações reais de crescimento no PIB do país após longos anos de retração, a imprensa se sentiu seduzida pela novidade, oferecendo ao seu interlocutor muito mais do que simples manchetes. Como o cenário estava mudando positivamente, a *Gazeta do Povo* e demais jornais brasileiros impressos, veicularam previsões dos seus colunistas, articulistas, o pensamento do jornal e de autoridades no assunto, incluindo os governantes.

Os bons resultados de 2004 animaram empresários e investidores a produzirem mais, já que a taxa básica de juros e a inflação estavam sob controle. O volume de exportações oriundas tanto do agronegócio quanto da indústria gerou para o país um superávit que foi usado para diminuir a dívida externa. Com tanta produção, a arrecadação no âmbito fiscal aumentou o PIB, o nível de emprego voltou a crescer em todos os setores e, com mais dinheiro no bolso, houve um aumento no poder de compra da população.

Até o primeiro trimestre de 2005, esse cenário de melhorias manteve-se estável, apresentando como único entrave para sustentar o crescimento a necessidade de o Brasil cumprir os “deveres de casa”. Essa questão é preconizada nos editoriais da

*Gazeta do Povo* de 06/08/2004 e de 13/04/2005<sup>9</sup>, uma vez que crescimento econômico consolidado também implica melhorias na malha rodoviária, investimento no parque industrial como um todo (portos, embarcações, navios, contêineres e em usinas hidrelétricas), enfim, uma correção geral em tudo que representasse gargalos estruturais para a manutenção do crescimento sustentado. Porém, com a crise na agricultura envolvendo estiagem e chuva em períodos que desfavoreceram o cultivo, houve novamente o início de uma mudança no cenário até então otimista.

Já no final do primeiro semestre de 2005, o país tornou-se menos competitivo. Com a queda nas exportações e sem qualquer chance de investimentos, alterou-se o ciclo da economia interna juntamente como o cenário mundial. Nesse período, alguns escândalos envolvendo corrupção e a comprovada ineficiência da máquina pública, que comprometiam empresários e a base governamental, irromperam no país. Daí em diante a imprensa voltou-se para o monitoramento das inúmeras CPIs, mensalão, cassações no Congresso, nutrindo um noticiário movido por intermináveis balbúrdias. Isso provocou um inevitável balanço do ano com queda no PIB de 50% em relação a 2004. Conforme consta no editorial da *Gazeta do Povo* veiculado em 30/12/2005<sup>10</sup>, 2005 não deixou saudades àqueles que em sã consciência assistiram a esse espetáculo.

A temática do crescimento econômico é de caráter universal. Segundo o editorial da *Gazeta do Povo* de 24/08/2005<sup>11</sup>, notamos que, em nosso país, as discussões do

<sup>9</sup> COMO sustentar o crescimento. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 86, 06 ago. 2004. Caderno 1, Editorial, p.11; MOMENTO histórico. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 87, 13 abr. 2005. Caderno 1, Editorial, p.11.

<sup>10</sup> SEM saudades. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 86, 30 dez. 2004. Caderno 1, Editorial, p.11.

<sup>11</sup> BLINDAGEM da economia. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 87, 24 ago. 2005. Caderno 1 Editorial, p.11.

assunto ocorrem tanto em âmbito governamental como nas instituições que representam a sociedade organizada. Mesmo assim, percebemos que certa blindagem da economia é relatada pela *Gazeta do Povo* e isso desencadeia questionamentos acerca dos mecanismos utilizados para motivar e sustentar o crescimento. A partir daí, surgem reações como a tomada de atitudes por parte de autoridades competentes e da sociedade organizada, provocando um olhar específico da mídia impressa em relação aos fatos e acontecimentos.

Como as questões econômicas envolvem uma série de fatores internos e externos, e por isso não denotam fácil entendimento, a *Gazeta do Povo* apresentou uma grande quantidade de textos sobre o assunto. O Jornal ressaltou aspectos relevantes envolvendo a exportação, os juros, a inflação, a correção dos gargalos na infra-estrutura e os investimentos necessários para superar as metas de crescimento previstas na agenda do governo Lula.

Considerando os quarenta e um editoriais que compõem nosso *corpus*, podemos dividir o desenvolvimento de nosso tema em três momentos: a) a retomada inicial do crescimento econômico provocou, entre os meses de junho e julho de 2004, a publicação de oito textos sobre o assunto; b) o desenrolar das discussões sobre o novo ciclo do crescimento econômico foi mais fértil, levando à produção de doze editoriais entre os meses de agosto de 2004 a janeiro de 2005; e c) as novidades e incertezas para uma gestão econômica sustentada, os debates iniciados em fevereiro de 2005 estendendo-se até janeiro de 2006, incitaram à publicação de vinte e uma produções sobre o assunto.

A leitura dos textos nos leva a perceber que a *Gazeta do Povo* não é imparcial no tratamento das questões econômicas, visto que o discurso dos editorialistas

demonstra, de forma geral, uma abordagem favorável à condução da política econômica adotada pelo governo. Embora encontremos nos editoriais algumas reflexões e argumentos que contestam ações e metas governamentais, no desenvolvimento da opinião eles são silenciados em favor de certas apologias que enaltecem a condução política da econômica nacional.

### **3.4 O discurso relatado na construção do editorial da *Gazeta do Povo***

Os editoriais que compõem nosso *corpus* foram organizados estruturalmente considerando o discurso relatado, que se manifesta sob as formas de discurso direto, indireto, discurso segundo e comentário sobre a fala. A investigação da presença do discurso relatado na construção da opinião nos editoriais constitui o objetivo de nossa pesquisa, pois, como veremos, não se trata de ocorrências isoladas em uma única parte da estrutura do texto.

No período em que acompanhamos todos os editoriais da *Gazeta do Povo* para o estabelecimento do *corpus*, notamos que, independentemente da temática abordada no editorial, há ocorrências do discurso relatado funcionando como base para a construção da opinião. Como já afirmamos na introdução, escolhemos o tema do crescimento econômico por este permanecer longo tempo na mídia. Durante vinte meses, o Jornal veiculou quarenta e um editoriais sobre essa temática, e a elaboração textual da opinião apresenta, na grande maioria, formas do discurso relatado, que oscilam quanto à quantidade e ao uso. Desse total, apenas sete editoriais não apresentam formas de discurso relatado em sua materialização. Essa minoria confirma

explicitamente a recorrência ao discurso relatado como âncora para a formulação da opinião.

#### 3.4.1 A posição do discurso relatado no editorial

Como vimos em 3.2 (p. 64), de acordo com Nascimento (2005), na elaboração dos editoriais da *Gazeta do Povo*, a técnica recomendada é a divisão do texto em três grandes partes, apresentando, na primeira, o assunto sobre o qual se vai tratar/opinar, na segunda, o desenvolvimento de um raciocínio opinativo em torno do tema, e, na terceira, a conclusão tirada do raciocínio. Esta seção do nosso trabalho objetiva principalmente mostrar a posição, na estruturação do editorial, das manifestações do discurso relatado e seu funcionamento na construção da opinião, levando em consideração a importância de cada parte na organização de um texto de cunho dissertativo.

Há evidências no *corpus* de que o discurso do outro possibilita ao editorialista maneiras diferentes de uso, tanto no momento em que apresenta a sua tese quanto no desenvolvimento e na conclusão. Sob esse aspecto, a análise do *corpus* nos permitiu chegar a três categorias. Na primeira delas, o editorialista utiliza a fala relatada em discurso indireto já na elaboração do tema sobre o qual vai opinar. Ainda nessa categoria, em seguida, o editorialista continua lançando mão de formas diversas do discurso relatado na construção dos argumentos necessários para desenvolver a tese proposta, direcionando a discussão para a formulação de suas próprias conclusões

sobre a tese.

O texto abaixo representa um exemplar da **categoria 1** e nos permite visualizar como a utilização do discurso relatado ocorre nos editoriais pertencentes a essa categoria. Apresentamos abaixo a legenda das marcações que orientam os aspectos que queremos ressaltar no texto.

**TESE:** para demarcá-la, utilizou-se o *itálico* como estilo da fonte.

**DISCURSO RELATADO:** o trecho do texto está realçado com tarja cinza.

**ELEMENTO/EXPRESSÃO QUE INTRODUZ A VOZ DO OUTRO NO DISCURSO:** o trecho do texto está sublinhado.

T-02 O crescimento chegou

### **INTRODUÇÃO**

**(tese apresentada por fala relatada em discurso indireto)**

*Enquanto o Fundo Monetário Internacional e o G-8 (grupo dos países mais ricos do mundo) destacam o bom cenário para a economia global, no Brasil os saldos de exportação e a expansão da atividade industrial nos quatro primeiros meses do ano confirmam essa previsão favorável. A avaliação do novo diretor do FMI é que o preço do petróleo não terá maior influência sobre o desempenho dos países, ao passo que o governo brasileiro evolui para um grau de coordenação mais elevada, o que favorece a governança política.*

### **DESENVOLVIMENTO**

**(desenvolvimento da tese utilizando-se o discurso relatado)**

Nessa linha o presidente da República assegurou a um grupo de senadores o compromisso de estudar uma fórmula para a recomposição do salário mínimo em níveis adequados à melhoria dos ingressos da categoria de trabalhadores situada na base da pirâmide econômica. Ao mesmo tempo, comprometeu-se com os empresários em fazer avançar a agenda de reformas microeconômicas: lei de falências, parceria público-privada, lei reguladora do saneamento e a que moderniza o financiamento da construção civil.

Tais medidas foram reclamadas pelos empresários reunidos na Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base, sendo vistas como fundamentais para relançar os investimentos. Algo dessa pressão já começou a render com a aprovação, pelo Senado, da majoração para 29% do montante de participação dos estados e municípios nos recursos da Cide, que incide sobre os combustíveis para financiar a recuperação de rodovias.

Em paralelo, o país espera racionalização dos gastos públicos, de modo a evitar que a contenção geral de verbas orçamentárias afete setores críticos como a recuperação de estradas, modernização de portos e outros meios logísticos sem os quais não poderá ampliar exportações – como lembrou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A propósito – desde Paris onde foi lançar uma feira de amostras de produtos típicos brasileiros em supermercados franceses – o ministro Luiz Fernando Furlan anunciou a previsão de crescimento de 4% no PIB deste ano.

Para um grupo de investidores espanhóis com interesses no país, mais do que uma expansão de 3,5% ou 4,0%, o importante é crescer de forma continuada e sustentável. O presidente Lula concorda: “Nosso desafio era evitar que o Brasil tivesse uma bolha de crescimento, mas agora ele está na rota certa”. Lula prometeu regras claras ao empresariado para evitar constrangimentos do passado ou iguais aos que ocorrem em países vizinhos, forçados a reduzir o ritmo devido a crises de energia, de financiamentos, etc.

Não é o caso do Brasil, onde a produção cresce há quatro trimestres seguidos, segundo o ministro da Fazenda. O IBGE confirma expansão de 6,1% no produto industrial para o primeiro quadrimestre do ano, beneficiando a maioria dos setores, com ênfase em bens voltados para a exportação e agroindústria, apoiadas por linhas de crédito próprias e financiamento para bens duráveis. Os segmentos voltados para o mercado interno – produtos farmacêuticos, vestuário, calçados – ainda não se beneficiaram da retomada em função da retração do potencial de renda, mas a expectativa é também receberem o efeito multiplicador daquelas categorias mais dinâmicas.

Voltando de evento na África, a economista Eliana Cardoso avalia que o Banco Central deixou passar oportunidade para uma puxada mais forte na redução dos juros, que apressaria essa recuperação; agora é necessário esperar a plena recuperação das turbulências desencadeadas em abril e maio com as especulações em torno da alta de juros internos nos Estados Unidos, desaceleração chinesa e flutuações do petróleo do Oriente Médio.

## CONCLUSÃO

### (o editorialista assume o dito embasado no discurso do outro)

Devido a circunstâncias próprias o Brasil pode não se converter numa terra “onde crescer é glorioso” como a China – na qual o guindaste das construções passou a ser tido como o “pássaro nacional” – porém um ambiente estável, com menos impostos e mais poupança, aliado a boa governança, poderá nos manter no ritmo de crescimento sustentável dos últimos meses.

(Texto extraído do jornal *Gazeta do Povo* em 01/06/04 – Página Opinião p. 10)

O editorial transcrito acima apresenta, no primeiro parágrafo, a tese de que a *conjuntura econômica favorece a governabilidade*, sendo introduzida por fala relatada

em discurso indireto. A tese é formulada por arrazoado por autoridade, visto que o editorialista utiliza o Fundo Monetário Internacional, seu novo diretor e o G-8 para assegurar o bom cenário para a economia global. Dada a complexidade de uma análise da conjuntura econômica mundial, o editorialista não se arrisca a assumir, por si mesmo, a avaliação positiva da economia global, atribuindo-a às organizações e a um diretor de renome incontestável. Como a tese é a proposição que vai ser tratada ou demonstrada, é a primeira asserção colocada ao leitor, recorrer ao discurso do outro para formulá-la significa que a argumentação parte de um discurso alheio. Em outras palavras, como o editorial expressa, segundo a *Gazeta do Povo*, “invariavelmente o pensamento do jornal” (NASCIMENTO, 2005), a formulação da tese apoiada na fala relatada implica o entendimento de que o Jornal constrói seu posicionamento, alicerçando-o em posições alheias.

A tese é desenvolvida por cinco argumentos favoráveis à posição governista e, também, por três argumentos que denotam alerta à euforia do processo de desenvolvimento do país.

O primeiro argumento, centrado no parágrafo segundo, expressa que o governo tem compromisso com empregados e empregadores, sendo iniciado pelo verbo *dicendi assegurou*, que desempenha a função de dar maior certeza à tese. A expansão desse argumento gera um comentário que reforça a idéia de que o governo tem demonstrado engajamento com os dois setores do trabalho: a classe patronal e a sindical. O editorialista prossegue com o segundo argumento, alertando que é preciso investir em infra-estrutura, uma vez que a população deseja racionalização dos gastos públicos. No entanto, o verbo *dicendi anunciar* retoma a voz governista (Ministro Furlan), que insiste na previsão de crescimento de 4% do PIB, constituindo o terceiro argumento favorável

à tese. O quarto argumento, introduzido por discurso segundo e reforçado por discurso direto do presidente Lula, diz respeito ao alerta de que o crescimento deve ser sustentável. O verbo *dicendi concordar* que anuncia o discurso do presidente sugere compromisso em otimização da conjuntura econômica. Essa intenção é reforçada pelo quinto argumento, introduzido em discurso segundo, relatando que, a partir de dados oficiais do (IBGE), o Brasil se diferencia dos outros países que experimentaram o insucesso por falta de uma política econômica sustentável. Por fim, em discurso indireto, o sexto argumento critica, em tom de alerta, os juros altos que não baixaram no momento certo, impedindo que a economia atingisse um patamar mais estável.

Devemos ressaltar que todos os argumentos utilizados no desenvolvimento do raciocínio opinativo em torno do tema também foram elaborados a partir do arrazoado por autoridade. Cada argumento baseia-se em vozes de autoridades, facilmente identificáveis no texto:

- . **argumento 1:** Presidente Lula
- . **argumento 2 e 3:** Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Luiz Fernando Furlan
- . **argumento 4:** grupo de investidores espanhóis e Presidente Lula
- . **argumento 5:** Ministro da Fazenda
- . **argumento 6:** economista Eliana Cardoso

Como vimos, essa forma de argumentar por autoridade significa trazer para o seu discurso a voz do outro como sendo um ser competente ou autoridade naquilo que profere. A autoridade do presidente Lula e dos ministros é indiscutível, pois ocupam os mais altos cargos administrativos do país; aos investidores espanhóis é atribuída a competência pela natureza internacional de seus negócios; já a construção da

competência da economista é dada por sua participação no “evento na África”. Considerando que nessa parte da estrutura do editorial se desenvolve o ponto de vista para tentar persuadir o leitor e que, argumentativamente, o arrazoado por autoridade funciona como uma autorização, ou mesmo, uma obrigação de se concluir a partir das proposições apresentadas, ao utilizar esse mecanismo argumentativo, o editorialista desloca do jornal para as autoridades citadas a responsabilidade da formação do posicionamento do leitor.

Na conclusão, o editorialista assume o dito, mas embasado no discurso do outro. Nessa parte do texto, o jornalista reconhece alguns problemas/entraves, levantados a partir do discurso relatado, para o crescimento nacional, porém, retoma a tese de que a conjuntura econômica é fator primordial à governabilidade. Para tanto, ressalta que a estabilidade do país, aliada à boa governança, é a receita para o crescimento sustentável.

Os textos da **categoria 2** demonstram outras combinações no uso do discurso relatado direcionadas à tese e à conclusão. A tese é elaborada pelo próprio editorialista, sem a recorrência à voz alheia. Em seguida, o locutor utiliza os mesmos procedimentos da **categoria 1**: recorre ao discurso do outro para desenvolver a tese, encaminhando a discussão rumo à conclusão do texto. Mas nessa segunda categoria, a conclusão é formada pela seleção do discurso relatado. Para ilustrar melhor esses casos, observemos o texto seguinte, respeitando a seguinte legenda:

**TESE:** para demarcá-la, utilizou-se o *itálico* como estilo da fonte.

**DISCURSO RELATADO:** o trecho que está realçado com tarja cinza.

**ELEMENTO/EXPRESSÃO QUE INTRODUZ A VOZ DO OUTRO NO DISCURSO:** o trecho do texto está sublinhado.

## T-12 O dilema inflação-crescimento

### **INTRODUÇÃO** **(tese elaborada pelo editorialista)**

Na reunião que começa amanhã, o Banco Central poderá elevar o juro básico entre 0,25% e 0,5%, segundo expectativa dos agentes econômicos, para controlar a escalada inflacionária, que, em agosto, em Curitiba, subiu 1,38% e, no país, foi de 0,69%. Embora menor do que julho, que fechou em 0,91%, no ano, esse índice da inflação oficial já acumula majoração de 5,14%, aproximando-se da meta inflacionária para 2004, de 5,5%. *Porém, ao elevar a taxa de juros, o comitê de Política Monetária do BC pode abortar a retomada do crescimento.*

### **DESENVOLVIMENTO** **(desenvolvimento da tese utilizando-se o discurso relatado)**

Esse é um dos problemas recorrentes da economia brasileira, que, segundo alguns economistas, “ficou viciada em inflação”. Basta leve expansão da atividade para se acumularem pressões altistas, reclamando controle. Para o índice de 0,69% em agosto influíram preços do álcool e açúcar, de alimentos (verduras, legumes e frutas afetados pelo inverno), e preços administrados (telefone, energia, etc.). Em Curitiba tais fatores foram mais críticos, devido à dependência de legumes de fora durante o inverno. – elevando o IPCA para 1,38%.

Também mostraram aceleração índices como o IGP-DI (alta de 1,31% em agosto, ante 1,14% em julho), o INPC e, sobretudo, a primeira prévia de setembro para o IGP-M, com mais 0,35% (refletindo preços no atacado). Porém, analistas da fundação Getúlio Vargas não vêem a inflação fora do controle: os preços industriais tendem a se normalizar daqui para o fim do mês (em função da estabilidade cambial), os preços de alimentos sazonais – tomate, verduras, etc. – já tiveram seu pico de alta e o núcleo da inflação se revela estável; tanto que os preços de varejo recuaram.

Todavia, focos de preocupação persistem, entre eles a questão do petróleo e a necessidade de cumprir metas inflacionárias apertadas. (5,5% neste ano e 4,5% para o próximo); sendo que a variação do IGP-M já carecia para 2005 em reajuste de 2,5% a 3% via preços administrados. Por isso os mercados financeiros encerraram a semana sob expectativa de elevação da taxa de juros, na reunião desta semana do Comitê de Política Monetária: a Bolsa de Valores de São Paulo fechou com perdas, acumulando índice negativo de menos 1,2% no ano, a cotação do dólar subiu e o risco-país caiu dois pontos no fechamento de sexta-feira.

Mas há quem se oponha a esse conservadorismo monetário, que subordina o país a um ciclo de “go and stop” passível de abortar a incipiente retomada. O novo presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaff, propõe que o Banco Central passe a realizar suas reuniões como o Federal Reserve dos Estados Unidos, a cada dois

ou três meses, sob o argumento de que elas exercem um efeito paralisante sobre a economia.

O professor Ricardo Carneiro, da Unicamp, sem deixar de reconhecer a necessidade de controle da inflação, propõe que a autoridade monetária encontre outras maneiras de enfrentar o problema: revisando contratos de preços administrados (que indexados à variação do IGP-M, reproduzem a inflação passada), melhorando a oferta de crédito e, sobretudo, estimulando a produtividade e a oferta de bens e serviços – de forma a conter movimentos de recomposição de margem. Porque – acrescenta o professor Tarcísio Santos, da Fundação Armando Álvares Penteado – com a subida dos juros a eventual pressão inflacionária muda o sinal, de inflação de demanda para de custo, configurando contenção da economia.

### CONCLUSÃO

(a opinião é formada pela seleção do discurso relatado)

O diplomata e ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, argumenta que o Brasil vive a síndrome da economia de escassez: em vez de estimular a ampliação da oferta de bens e serviços – que fez a prosperidade de nações como os Estados Unidos – nossos técnicos preferem puxar o freio de mão, havendo inclusive propostas em Curitiba pela volta do controle de preços. Em vez disso, a União Européia acaba de se reunir para estudar um novo mecanismo de estabilização, já que o pacto de disciplina fiscal rígida adotado no Tratado de Maastricht inviabilizou o crescimento do bloco.

(Texto extraído do jornal *Gazeta do Povo* em 13/09/04 – Página Opinião p. 10)

Assim como em todos os textos da **categoria 2**, a tese é elaborada pelo próprio editorialista sem recorrer ao discurso relatado para compô-la. O desenvolvimento do editorial é marcado pela retomada em discurso direto e indireto de falas de autoridades no assunto.

A tese de que *a elevação da taxa de juros para controlar a inflação pode abortar a retomada do crescimento* foi formulada pelo editorialista no primeiro parágrafo. O seu desenvolvimento é feito pelo encadeamento de quatro argumentos. No primeiro, tem-se em discurso segundo uma reflexão que envolve o senso comum de “alguns economistas”, os quais afirmam que o problema da economia brasileira está no vício

inflacionário. O segundo argumento questiona a existência descontrolada da inflação, conforme analistas da Fundação Getúlio Vargas. Introduzido pelo verbo *dicendi ver*, reforça a tese de que a elevação da taxa de juros, além de desnecessária, poderia provocar estagnação econômica. O terceiro argumento, em defesa da tese, surge como uma proposta de estudo para o controle inflacionário, a exemplo da instituição americana “Federal Reserve”. Iniciado pelo verbo *dicendi propor*, o argumento do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaff é uma crítica à possível elevação da taxa de juros, tendo em vista que nos Estados Unidos a falta de organização bancária em determinado momento, provocou a “paralisia” da economia. Sem descartar esse alerta, o quarto argumento, que une as idéias do professor Ricardo (Unicamp) e Tarcísio (Fundação Armando Álvares Penteado), parágrafo sexto, defende a idéia de que há que se controlar a inflação adotando-se diversas maneiras, menos a de elevação da taxa de juros. Percebemos que o argumento de Ricardo é introduzido pelo verbo *dicendi propor*, já o de Tarcísio, inicia-se com o discurso direto sem o uso de verbo *dicendi*.

Frente aos argumentos expostos, a conclusão é formada pela seleção do discurso do diplomata e ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, sob o argumento de que é preciso incorporar outra forma de estabilidade que não gere estagnação. Esse argumento retoma a tese ao mencionar que o país sofre da economia de escassez (conservadorismo monetário). Isso sugere a crítica de que a falta de uma política planejada gera instabilidade nacional, perdurando o dilema inflação-crescimento.

Nota-se a preocupação do jornal em construir a imagem de competência das pessoas cujas falas são citadas, seja pelos cargos que ocupam, seja pelas instituições às quais pertencem. Assim, na perspectiva de Maingueneau (1993), o leitor tende a crê

na verdade ou na verossimilhança da proposição, pois as pessoas, por serem especialistas no assunto, muito provavelmente não se enganaram naquilo que disseram.

A presença do arrazoado por autoridade no desenvolvimento e na conclusão é de fundamental importância nos efeitos persuasivos do editorial, pois no desenvolvimento são ordenadas as idéias a fim de analisar ou discutir os fatos, justificando-os e relacionando-os frente à tese proposta. A conclusão por sua vez, representa o fecho da discussão. Logo, a presença do discurso relatado nesses momentos tem a função de convencer ou aliciar o leitor a aderir à tese proposta, por meio da autoridade conferida a essa voz alheia que constitui o discurso citado.

Os textos que representam essa categoria não apresentam conclusão explicitando a voz do Jornal bem como seu ponto de vista (apreciação) sobre os pontos debatidos. Isso denota que há afinidades opinativas entre a *Gazeta do Povo* e o discurso do outro. A voz do Jornal e suas conclusões estão implícitas, sugerindo ao interlocutor que a opinião relatada no discurso do outro seja, por adesão, a opinião do Jornal.

Há ainda uma terceira possibilidade de construção da opinião nos editoriais da *Gazeta do Povo*. Os textos da **categoria 3** se distanciam da maioria dos editoriais veiculados por essa empresa jornalística e representam a quantidade de sete editoriais nos quais a estrutura utilizada pelo jornalista não repete o estilo encontrado nos outros trinta e quatro que também compõem o *corpus*. Na tese, no desenvolvimento e na conclusão o editorialista não utiliza o discurso do outro para formular sua opinião, muito menos para emitir suas conclusões. Nessa categoria o editorialista assume o dito, se expõe ao argumentar ou contra-argumentar em favor de sua tese e conclui

evidenciando a opinião do jornal. Observemos o texto seguinte com uma legenda própria para essa categoria:

**TESE:** para demarcá-la utilizou-se o *itálico* como estilo da fonte.  
**ARGUMENTO FAVORÁVEL:** o trecho do texto está realçado com tarja cinza.  
**CONTRA-ARGUMENTO:** o trecho do texto está envolvido por borda externa  
**TOMADA DE POSIÇÃO E ANÁLISE:** o trecho do texto encontra-se sublinhado.  
**CONCLUSÃO:** o trecho do texto está em **negrito**.

### T-30 O crescimento das exportações

#### INTRODUÇÃO

*O melhor resultado da história das exportações brasileiras foi registrado em abril último, quando o saldo comercial atingiu US\$ 3,876 bilhões apesar da valorização da nossa moeda, fator sempre apontado como um entrave para a expansão das vendas externas.* Em relação ao mesmo mês de 2004, o crescimento foi de quase 100%.

#### DESENVOLVIMENTO

No primeiro quadrimestre de 2005 o superávit alcançou a cifra de US\$ 12 bilhões, valor 50% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado. Esses dados, divulgados segunda feira pelo Ministério do Desenvolvimento, confirmam a existência de uma forte e sólida tendência de crescimento da participação nacional nos mercados mundiais.

O exame dos números leva-nos a acreditar que o país poderá até superar a projeção inicial de exportar US\$ 111 bilhões até o fim deste ano, com um saldo de US\$ 34 bilhões. No começo do ano, a previsão era de US\$ 26 bilhões. O otimismo tem fundamento, pois baseia-se nos sinais evidentes de que os produtos brasileiros, mesmo com a desvalorização do dólar, ainda mantêm preços competitivos. Além disso – o que é mais importante para explicar o nosso progresso no setor –, assiste-se a uma notável mudança na cultura do empresariado brasileiro, que passou a encarar a busca de novos mercados e as exportações como uma estratégia vital para o seu desempenho.

Todos esses sintomas positivos, no entanto, não significam que o Brasil já está pronto para firmar-se como uma grande potência do comércio internacional. Ainda ocupamos a 40ª posição no ranking e participamos com apenas pouco mais de 1% dos volumes globais. Somos, portanto, um modesto participante.

Mas, dentre quase todos os países do mundo, somos um dos que apresentam o maior potencial de crescimento, dadas as nossas condições naturais propícias à produção de bens exportáveis de origem agropecuária e mineral, além de possuímos uma base industrial em processo de modernização.

Há, no entanto, gargalos que precisam ser superados, de modo, sobretudo, a melhorar a competitividade dos nossos produtos. Tais gargalos encontram-se em fatores como oferta de crédito para investimentos, o custo do dinheiro (juros altos), a elevada carga tributária, os baixos níveis tecnológicos e de valor agregado dos nossos produtos e uma infra-estrutura pública incompatível com o esforço exportador. Somados, esses entraves significam um considerável peso sobre o preço final das nossas mercadorias em prejuízo de seu poder de competição.

A diferença é notável, por exemplo, quando se trata da questão do crédito. Aqui, o volume de crédito ofertado ao setor privado é de 25% do PIB, enquanto que nos países industrializados chega a ser de 85%. Dinheiro escasso e juros altos (no Brasil, juros reais de 37% ao ano contra uma média em países industrializados de 5,5% ao ano) entram a expansão da produção e a agregação de tecnologia moderna dentro do ritmo desejável. Como consequência imediata, decresce também a possibilidade de criação de empregos e de aumento da base consumidora interna.

A infra-estrutura pública – principalmente rodovias, ferrovias e portos – é outro fator que conspira contra um ainda melhor desempenho do país no mercado mundial. Transportes ruins e ineficientes aumentam o preço final da produção e, por conseguinte, prejudicam o seu poder de competição em relação aos concorrentes mais bem aparelhados.

## CONCLUSÃO

**Temos motivos de sobra para comemorar bons resultados que a balança comercial vem apresentando. Mas eles servem também para nos lembrar que podemos avançar ainda mais se forem superados os entraves que mencionamos.**

(Texto extraído do jornal *Gazeta do Povo* em 04/05/05 – Página Opinião p.11)

Os textos da **categoria 3** se aproximam da produção textual sugerida pelos manuais de redação e estilo, que apresentam normas para um discurso analítico e persuasivo, já que representam a opinião oficial do jornal enquanto empresa.

Como é possível perceber a partir dos destaques (*itálico*, tarja cinza, borda externa e sublinhado), há nos textos que o editorial acima ilustra, a apresentação da tese, dados que garantem a discussão e análise por meio de argumentos favoráveis e contra-argumentos e a conclusão resultante da tomada de posição do editorialista. A tese de que, *apesar da valorização do real as exportações vêm crescendo*, apresentada no parágrafo primeiro, é desenvolvida linearmente por meio de argumentos favoráveis, contra-argumentos e tomada de posição/análise. O primeiro argumento expande a tese a partir de dados representativos, confirmando que uma economia sólida possibilita o crescimento da participação nacional nos mercados mundiais. Nesse sentido, o segundo argumento menciona que empresários encorajados pelas mudanças econômicas positivas estão mudando suas visões comerciais e buscando novos mercados internacionais. Já o terceiro argumento, em tom de alerta, ressalta que ainda somos um modesto país participante do comércio internacional. De igual modo, o quarto argumento apresenta uma visão analítica positiva a respeito do potencial de crescimento nacional.

Ao mesmo tempo em que vem se valorizando o tema relativo ao potencial de crescimento de bens exportáveis, o quinto argumento traz uma reflexão aguçada sobre o crescimento das exportações, considerando a elevada carga tributária e a falta de infra-estrutura pública, que não condizem com o esforço do empresariado local. Além disso, o sexto argumento reforça a diferença entre o Brasil e outros países industrializados, uma vez que temos juros altos e dinheiro escasso, prejudicando o consumo interno e a criação de empregos. O sétimo argumento, na mesma direção do

argumento quinto (que trata das mazelas no processo de crescimento) chama a atenção para a falta de infra-estrutura pública, pois isso é fator prejudicial ao desempenho do país e põe em risco o crescimento sustentado das exportações.

A conclusão é uma retomada da idéia concessiva (apesar da valorização do real, as exportações vêm crescendo) que define a tese. O argumento conclusivo apresenta a idéia de que estamos bem, mas podemos melhorar muito mais.

Os textos que pertencem a essa categoria são marcados pela presença discursiva do editorialista, procedimento que demonstra a voz opinativa do jornal sobre o tema em discussão. A ausência do discurso relatado denota maior compromisso do editorialista no trato da questão e na emissão de juízo, implicando maior exposição do locutor frente aos argumentos encadeados para desenvolver e concluir a tese proposta.

Apresentamos a seguir um quadro-síntese das **três categorias** que configuram nosso *corpus* bem como o enquadramento dos textos nas respectivas categorias.

**Quadro 1 – Categorias elaboradas a partir da posição do discurso relatado na estrutura do editorial**

PROCEDIMENTO ADOTADO PELO EDITORIALISTA	TEXTO EM QUE OCORRE A INCIDÊNCIA	TOTAL
<p style="text-align: center;"><b>CATEGORIA 1</b></p> <p>Tese definida por fala relatada em discurso indireto, desenvolvimento em discurso relatado e conclusão elaborada com base nas discussões proporcionadas pelo discurso do outro; (o editorialista assume o dito).</p>	<p>02, 03, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 29, 27, 32, 33, 34, 36, 37, 39</p>	<b>27</b>

<p style="text-align: center;"><b>CATEGORIA 2</b></p> <p>Tese definida pelo editorialista sem discurso relatado, desenvolvimento e conclusão com discurso relatado.</p>	<p>01, 04, 06, 12, 34, 40, 41</p>	<p style="text-align: center;"><b>07</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>CATEGORIA 3</b></p> <p>Tese, desenvolvimento argumentativo/ opinativo e conclusão sem ocorrência do discurso relatado; (formato convencional para editoriais sugerido pelos manuais de redação).</p>	<p>16, 22, 25, 27, 28, 30, 38</p>	<p style="text-align: center;"><b>07</b></p>

Veremos, a seguir, como se presentificam as manifestações do discurso relatado e suas marcas na organização dos editoriais da *Gazeta do Povo*.

### 3.4.2 As manifestações e as marcas do discurso relatado no editorial

Até o momento, o enfoque dado ao discurso relatado considerou principalmente a estruturação do editorial, sem nos determos especificamente na explicação de suas formas de manifestação. Porém, no *corpus*, o discurso relatado, distribuído nos trinta e quatro textos, manifesta-se em discurso direto, indireto e comentário sobre a fala. Além dessas formas diferenciadas, há outras importantes marcas relacionadas à polifonia nos editoriais, emaranhadas entre a fala citada e o discurso do editorialista, como o aspeamento e os verbos *dicendi* e discurso segundo.

Diante disso, as demonstrações seguintes não representam a análise de um texto completo, uma vez que esse procedimento será efetuado em um editorial no tópico 3.4.3; neste momento, voltamos nosso olhar para as manifestações do discurso relatado e suas marcas, apresentando uma visão geral desses procedimentos discursivos e suas funções nos editoriais do *corpus*. Os exemplos analisados foram retirados do *corpus* por amostragem, de acordo com sua caracterização e sua função nos textos.

No caso do discurso direto, o *corpus* demonstra que sua utilização gráfica ocorre de duas maneiras: a) marcado de forma convencional pelo uso das aspas representando a fala do outro; e b) marcado apenas pelos dois pontos, que chamam a voz citada representando o núcleo contedúístico do que foi dito.

O texto T-09 “Como sustentar o crescimento” é um bom exemplo das manifestações de discurso direto em sua materialização:

O professor Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, diz que “precisamos nos libertar do terrorismo da ameaça de inflação, que perde o sentido em uma economia aberta, com responsabilidade fiscal e onde a política monetária precisa exhibir eficiência na aplicação equilibrada de seus instrumentos”. (T-09)

Na sua argumentação, o locutor recorre ao discurso de um economista renomado, professor Yoshiaki Nakano, para reforçar a tese discutida no texto de que *mais importante do que projetar um crescimento elevado para a economia nacional é criar estratégias para sustentá-lo*. Utiliza a frase introdutora do discurso direto não só para introduzir a voz alheia, com o uso do verbo *dicendi diz* (aparentemente neutro em relação à veiculação de algum pressuposto), mas também para demonstrar a

competência da fonte do discurso citado: *diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo*. Vimos com Benites (2002) que, para os leitores admitirem a veracidade ou a verossimilhança dos argumentos oriundos do arrazoado, é importante que a autoridade do discurso citado seja por eles conhecida. É pouco provável que os leitores conheçam o professor Nakano, no entanto, a Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas é nacionalmente reconhecida como uma das melhores do país. Ao predicar o professor como diretor dessa Escola, a força argumentativa do arrazoado é garantida.

Além do uso do verbo *dicendi*, a mudança de locutor é sinalizada graficamente pelas aspas. O aspeamento aqui também nos remete à idéia de uma possível fidelidade intencional por parte do editorialista, uma vez que o argumento de Nakano funciona no texto como uma receita favorável à tese proposta no editorial. Assim, ao utilizar o discurso direto aspeado, o locutor citante dá a entender ao leitor que está transcrevendo o enunciado do outro tal como foi formulado, como se houvesse uma correspondência literal termo a termo, o que, obviamente, aumenta a força argumentativa do dito. No entanto, essa é só uma ilusão de objetividade, pois, como ressaltam Maingueneau (1996) e Ducrot (1987), o simples uso do discurso direto não garante essa fidelidade.

A partir de nossa proposta de analisar a polifonia de locutores, podemos afirmar que o aspeamento, em nosso *corpus*, aparece sempre relacionado ao discurso direto e desempenha as funções mostradas no fragmento acima de indicar a mudança de locutores e atribuir fidelidade ao discurso relatado.

Há outros casos de aspeamento no *corpus*, mas não se relacionam diretamente com nossa proposta de trabalho. Como afirma Maingueneau (1993), as aspas são um

sinal construído para ser decifrado pelo leitor. Pelo seu uso, sinaliza-se que determinada palavra ou seqüência de palavras não pertence totalmente ao mesmo discurso, tendo sido deslocada de seu discurso originário e inserida ou acoplada em outro espaço, outro discurso. O autor explica que é possível encontrarmos na linguagem palavras entre aspas que não se relacionam ao discurso direto, significando apenas a sinalização de ênfase, ou, particularmente, demarcando a palavra como pertencente a uma língua estrangeira ou a um vocabulário especializado. Esses casos aparecem em grande número em nosso *corpus*, mas por não constituírem manifestações de falas relatadas, não nos deteremos neles. Somente a título de exemplificação, citamos: “*audaciosos*” (T-15); “*a arma do gás*” (T-39); “*risco Brasil*” (T-06); “*Federal Reserve*”(T-05); “*spread*” (T-01); “*expert*”(T-33); “*commodities*” (T-23); “*países-baleia*” (T-26); “*onça*” e “*Tigres Asiáticos*”(T-41).

Após esses exemplos que envolvem a questão do aspeamento em vários casos, vale ressaltar que as aspas utilizadas para demarcar a fala do outro em discurso direto ocorrem nos editoriais da *Gazeta do Povo* de forma bastante freqüente. Dos quarenta e um editoriais que compõem o *corpus*, registramos vinte e dois textos com marcas do discurso direto. Desses, dezesseis textos apresentam o uso das aspas na constituição do discurso direto e apenas seis veiculam o discurso direto sinalizado apenas pelos dois pontos, como vemos no seguinte fragmento:

Esta introdução vem a propósito de duas revelações feitas ontem. A primeira é do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. [...] A outra provém de estudo do IBGE que conclui: o crescimento da arrecadação no ano passado decorreu mais por conta do melhor desempenho da economia brasileira do que em função da criação de novos impostos ou do aumento de algumas alíquotas. (T-24)

A marcação da mudança de locutor dá-se aqui pelo uso da forma verbal *conclui* e pelos dois pontos. Embora o discurso citado não esteja aspeado, não podemos considerar o discurso relatado como uma manifestação do discurso indireto, pois não há dependência sintática entre a frase introdutora e a reprodutiva. Para Maingueneau (1993), os enunciados relatados em discurso direto são colocados entre aspas com o objetivo de marcar sua alteridade, mas esta já é claramente manifestada pela ruptura sintática entre o discurso citante e o citado. Além da ruptura sintática, os dois pontos levam o leitor a realizar uma pausa mais ou menos acentuada (Risso, 1978), que também indicam, no fragmento, a mudança de locutores.

A citação em discurso direto traz a conclusão do estudo do IBGE que reforça o posicionamento do Jornal apresentado na tese de que *o peso excessivo dos impostos impede o desenvolvimento do país*. Embora em estrutura de discurso direto, o caráter de afirmação definitiva que o verbo *dicendi* carrega consigo e a ausência de aspas levam à compreensão de que o editorialista adaptou o discurso do estudo do IBGE para fundamentar sua tese. O uso feito pelo editorialista do discurso direto nesse fragmento corrobora a afirmação de que essa forma de discurso é uma encenação, na qual o locutor faz falar um outro, atribui-lhe a responsabilidade da fala, mas, como já dissemos na análise do exemplo anterior, isto não implica uma correspondência efetiva ao discurso citado.

Já o discurso indireto é uma estratégia a que o editorialista recorre porque, na condição de locutor responsável pelo enunciado, formula sua opinião embasada na interpretação da fala do outro. Nesse sentido, concordamos com Benites (2002, p. 60), por ressaltar que no discurso indireto o locutor citante pode ser entendido “como um tradutor que faz uso de suas próprias palavras para transmitir idéias de outro”.

Exemplos dessa ocorrência permeiam todo o *corpus*. Levando-se em conta que o estilo indireto se faz presente na maioria dos editoriais da *Gazeta do Povo*, uma vez que o editorialista interpreta o discurso do outro para formular sua opinião, destacamos duas incidências relevantes no texto T-29 “O Brasil precisa crescer”, nos parágrafos segundo e terceiro. Vejamos como o editorialista faz uso de suas próprias palavras para transmitir idéias de outro:

Analisando o último levantamento do Fundo Monetário Internacional, o economista Júlio Almeida, diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, mostrou que no triênio 2003-05, enquanto a China crescia 9,1% na média anual; a Índia, 7,2%; a Rússia, 6,8%; entre outros, o Brasil só avançou 1,7%; ... (T-29)

Especialistas brasileiros admitem que neste ano o crescimento chegará a 3,5%, enquanto o governo sustenta um índice da ordem de 4%. (T-29)

Em termos formais, as frases reprodutivas vêm sintaticamente subordinadas, pelo uso da conjunção integrante *que*, às frases introdutoras, traço caracterizador do discurso indireto. O uso da forma indireta permite ao jornalista restringir-se ao conteúdo da fala, sem se preocupar com outros aspectos da enunciação original.

O editorialista escolhe verbos *dicendi* que trazem como pressuposto a marcação do ponto de vista dos enunciadores face ao que dizem, atribuindo aos locutores citados a veracidade dos dados estatísticos apresentados. Mais uma vez, a construção argumentativa se dá a partir do arazoado por autoridade, apresentando o outro como sendo um ser competente e/ou autoridade naquilo que profere: *o economista Júlio Almeida, diretor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e Especialistas brasileiros*. Os conteúdos das falas relatadas corroboram a tese de que

*empresários e especialistas avaliam que, embora já se registre um crescimento, o Brasil precisa ainda aumentar o PIB (Produto Interno Bruto).* Esses argumentos apresentados em discurso indireto funcionam como um gancho para apresentar progressivamente outras opiniões sob a forma de discurso relatado diluídas no texto, como, por exemplo, a do empresário/colunista Antonio Ermínio de Moraes, exposta em discurso direto no final do terceiro e início do quarto parágrafo:

(...) a expansão poderia ser maior, “levando em conta os recursos que temos, o excepcional potencial em produção de energia renovável e a exploração da área agrícola”, observa o empresário Antônio Ermírio de Moraes, em artigo nesta Gazeta do Povo. Para esse líder de um grupo ligado à produção de bens industriais, “nosso PIB deveria ser, no mínimo, 5% do PIB mundial”... (T-29)

O comentário sobre a fala é um outro recurso que auxilia o editorialista na construção da opinião. Como exemplo, temos a presença dessa manifestação no texto T-14 “Balanço positivo”, que demonstra já na introdução o comentário sobre a opinião do presidente Lula frente ao momento econômico positivo em que o país se encontra:

A última reunião ministerial do ano, realizada na Granja do Torto sexta-feira, foi marcada por uma nova manifestação de otimismo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora tenha frisado que sua intenção não era a de fazer um discurso triunfalista ou autocomplacente, ele enalteceu os resultados alcançados por sua administração, próxima de completar 2 anos, e lançou um olhar positivo para o futuro. (T-14)

Seguindo a perspectiva de Benites (2002), a partir do comentário sobre a fala, o editorialista traz para o texto não um ato de elocução particularizado - por exemplo, um fragmento do discurso do presidente Lula -, mas a unidade de sentido de todo o

discurso proferido por ele. No texto, a escolha da forma verbal *enalteceu* pelo editorialista não é aleatória, pois faz recair sobre o presidente um tom ufanista e condescendente que o próprio Presidente Lula parecia querer evitar. Os resultados enumerados pelo presidente e as projeções para o futuro não são elencados, mas sintetizados nas expressões *resultados alcançados* e *olhar positivo para o futuro*. Por isso é que essa variação de retomada da fala alheia se diferencia, por exemplo, do discurso indireto, que, por sua vez, prende-se a um determinado ato de elocução narrado.

O assunto colocado pelo comentário inicial é expandido nos demais parágrafos, inclusive com a utilização de outras manifestações de discurso relatado. Portanto, neste editorial, a função do primeiro comentário de fala no texto é a de preparar o interlocutor para os argumentos que serão apresentados no desenvolvimento textual.

A análise desse e de outros exemplos presentes no *corpus* nos permite afirmar que o comentário sobre a fala nos editoriais da *Gazeta do Povo* funciona como um recurso que contribui para progressão do texto, auxilia na construção da opinião e possibilita que o editorialista apresente suas conclusões valorativas sobre o tema.

Em nosso *corpus*, os verbos *dicendi* são utilizados pelo editorialista para inserir o discurso relatado na composição do editorial. Maingueneau (1993) ressalta que no entendimento de Charolles, além de um verbo *dicendi* remeter ao valor de verdade, à posição cronológica e ao ponto de vista emprestado ao enunciador, existe uma quarta possibilidade: a dos verbos que remetem a uma hierarquia intersubjetiva, como ordenar, solicitar, suplicar, por exemplo. No entanto, esta última categoria não se faz presente em nosso *corpus*, talvez pela própria natureza que a linguagem jornalística

assuma na construção da opinião, exemplificada nesta pesquisa pelo editorial. Constatamos que, dos cento e trinta e quatro verbos *dicendi* que compõem o *corpus*, sessenta e sete remetem ao valor de verdade do enunciado citado, representando 51,5% do total; onze remetem à posição cronológica e simbolizam apenas 7%; cinquenta e seis remetem ao ponto de vista emprestado ao enunciador, o que resulta em 41,5%. Vejamos a seguir, algumas ocorrências do nosso *corpus* que exemplificam essa classificação:

(...) o desempenho econômico do país mereceu ontem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais um veemente discurso. Citando por várias vezes a crise política, ele **garantiu** que não promoverá nenhuma mudança na política conduzida pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. (T-32) (grifo nosso)

Ao observar a primeira citação, percebemos que a forma verbal *garantiu* remete ao valor de verdade do enunciado proferido pelo presidente do Brasil. No texto T-32 “A blindagem da economia”, o editorialista defende a tese de que *apesar da crise econômica nacional, a intocável política de juros altos conduzida por Palocci e Meirelles, causa o retardo no processo de desenvolvimento*. Para ressaltar sua indignação sobre esse assunto, o editorialista selecionou o discurso em que Lula garante a não realização de mudanças na política conduzida por Palocci e Meireles. A forma verbal *garante* introduz um argumento que é arrazoado por autoridade, pois Lula é a única pessoa no país que poderia intervir na atual política de juros altos, no entanto, garante que não o fará.

No texto T-09 “Como sustentar o crescimento”, defende-se a tese de que *há indicadores que comprovam a retomada do crescimento nacional, porém é preciso*

*pensar em uma política interna que garanta um crescimento sustentado.* A citação abaixo funciona no texto como um argumento que antecede as conclusões do editorialista, reforçando o ponto de vista lançado na tese. Assim, a forma verbal *insiste* recai sobre a posição cronológica do enunciado, imprimindo-lhe um aspecto iterativo, pois não anuncia apenas o ponto de vista de Ricúpero, mas conduz o interlocutor ao entendimento de que o ex-ministro não se cansa de defender essa idéia:

Na mesma linha, o ex-ministro da Fazenda e secretário da Unctad, Rubens Ricúpero, **insiste** que o Brasil precisa se livrar da economia da escassez, seguindo o caminho diferente identificado pelos asiáticos: desenvolvimento baseado na poupança interna, controle relativo de capitais e esforço exportador. (T-09) (grifo nosso)

Nas duas citações seguintes, a forma verbal *reconheceu* remete ao ponto de vista emprestado ao enunciador. Vejamos a primeira:

O próprio secretário-geral da ONU, Kofi Annan, **reconheceu** que a luta contra a pobreza e a desigualdade tem sido travada em condições difíceis, num mundo que gasta 1 trilhão de dólares no orçamento anual de armamentos e aplica menos de um décimo dessa quantia em ajuda aos povos pobres. (T-03) (grifo nosso)

No texto T-03 “O caminho do desenvolvimento”, a forma verbal *reconheceu* ressalta o ponto de vista que o editorialista empresta ao enunciador Kofi Annan. O uso dessa forma verbal pressupõe que o secretário-geral da ONU admite como verdadeira a dificuldade de lutar contra a pobreza e a desigualdade em um mundo mais preocupado com armamentos. A tese defendida no editorial é a de que *o caminho do desenvolvimento vem sendo trilhado por muito tempo a duras penas, pois, para alcançar êxito o país deve encontrar estratégias que rompam a cortina da pobreza.* Assim, a forma verbal *reconheceu*, ao ressaltar o ponto de vista do secretário-geral da

ONU de que a luta contra a pobreza é uma batalha difícil, auxilia no fortalecimento da tese defendida pelo editorialista.

No texto T-14, “Balanço positivo”, o editorialista apresenta a tese de que *embora o ano de 2004 tenha fechado com Balanço positivo, há que se resolver nos próximos dois anos os entraves que impedem o crescimento sustentado*. A citação seguinte confirma a preocupação do editorialista a partir da forma verbal *reconheceu*, pois ela mostra que o presidente Lula - a autoridade maior do país - já admite a desaceleração no processo de desenvolvimento:

Entretanto, Lula **reconheceu** que o processo de desenvolvimento poderá ser menos acelerado do que todos desejariam, tendo em vista a precariedade da infra-estrutura de que dispõe o país e o sucateamento de seu parque produtivo. (T-14) (grifo nosso)

A recuperação das falas tanto de Kofi Annan (T-03) quanto de Lula (T-14) funcionam como arrazoados por autoridade e, no momento em que o editorialista seleciona esses argumentos, a forma verbal que os introduz é responsável por salientar o ponto de vista dessas autoridades frente à tese proposta.

Nessa perspectiva, entendemos que os verbos *dicendi* não só enunciam as vozes constitutivas de uma enunciação mas também servem de suporte para a formulação dos enunciados nos quais as opiniões são apresentadas. Esse fato justifica-se uma vez que, por meio da seleção do verbo é que o editorialista consegue resultados persuasivos, considerando o seu interlocutor.

Apresentamos em seguida um quadro com a classificação dos verbos *dicendi*, considerando os pressupostos que veiculam na introdução das manifestações de discurso relatado no *corpus*.

**Quadro 2 - Classificação dos verbos *dicendi* do corpus a partir da proposta de Charolles (1988, apud Benites, 2002 e Maingueneau, 1993):**

**VERBOS QUE REMETEM AO VALOR DE VERDADE DO ENUNCIADO CITADO**

VERBO	TEXTO	VERBO	TEXTO	VERBO	TEXTO	VERBO	TEXTO	TOTAL
Acena	24	Assinala	18	Disse	24	Garantiu	33	<b>67</b>
Acrescentou	40	Assinala	31	Disse	32	Identificou	20	
Afirma	40	Assinalam	41	Disse	32	Indica	19	
Afirmou	32	Assinalou	26	Divulgou	01	Mostra	10	
Afirmou	32	<i>Chegou a fazer re-</i>		Diz	09	Mostrou	17	
Afirmou	36	<i>ferência</i>	04	Diz	20	Mostrou	29	
Antecipou	08	Cita	19	Diz	23	Prega	01	
Anuncia	20	Citou	10	Enalteceu	14	Prometeu	02	
Anuncia	20	Colocou	34	Escreveu	18	Proclamando	07	
Anunciou	02	Comemorou	01	Escreveu	21	<i>Quis apresentar</i>	10	
Anunciou	20	Confirma	02	Explica	05	Reforça	18	
Aponta	01	Constatou	24	Explica	05	Registra	40	
Aponta	01	Declarou	07	Explica	35	Registrou	04	
Asseguram	23	Demonstra	04	Explica	41	Ressaltou	04	
Assegurou	02	Demonstrou	10	Explicou	05	Ressaltou	04	
Assegurou	04	Destacam	02	Foi claro	14	Traz	31	
Assinala	08	Destacou	04	Garantiu	32	Vai colocar	31	

**VERBOS QUE REMETEM À POSIÇÃO CRONOLÓGICA**

VERBO	TEXTO	VERBO	TEXTO	VERBO	TEXTO	TOTAL
Acrescenta	04	Insiste	01	Lembrou	02	<b>11</b>
Acrescenta	12	Insiste	09	Lembrou	04	
Concluiu	24	Insiste	34	Resistiu	40	
Descreveu	17	Lembrando	14			

**VERBOS QUE REMETEM AO PONTO DE VISTA EMPRESTADO AO ENUNCIADOR**

VERBO	TEXTO	VERBO	TEXTO	VERBO	TEXTO	VERBO	TEXTO	TOTAL
Acusando	18	Avalia	09	Criticam	23	Qualifica	34	<b>56</b>
Admitem	29	Avalia	29	Defende	08	Queixa-se	41	
Admitiu	05	Avaliam	37	Discorda	34	Questiona	20	
Advertem	18	Calculam	06	Espera	18	Reclama	09	
Alegando	01	Censurou	07	Lamentou	15	Reclamam	15	
Alerta	03	Classificou	11	Observa	29	Reclamam	34	
Alerta	03	Comparou	33	Observa	34	Reclamando	20	
Alerta	41	Concorda	01	Observou	36	Recomenda	03	
Alertam	01	Concorda	02	Pondera	08	Reconheceu	03	
Alertaram	23	Concorda	05	Propõe	01	Reconheceu	14	
Alertou	21	Concorda	09	Propõe	12	Vê	08	
Alertou	37	Concorda	13	Propõe	12	Vê	08	
Argumenta	12	Concorda	34	Propõe	26	Vêm	12	
Avalia	02	Critica	01	Propõem	34			
				Protestou	21			

Quanto ao discurso segundo, também presente em nosso *corpus*, percebemos que seu uso reforça o discurso do editorialista durante a progressão textual. Dois exemplos dessa manifestação ocorrem no texto T-20, “Aproveitar o ciclo econômico”, nos parágrafos quinto e sexto. Vejamos o primeiro:

Para o ex-ministro Delfim Netto, metade da taxa de inflação (de 7,6% ano passado) foi gerada pelo reajuste de tarifas públicas em função da falha na escolha do fator de indexação dos contratos... (T-20)

Lembremos que o discurso segundo caracteriza-se pela presença de um modalizador explícito, quando o locutor quer deixar claro que está se apoiando em um outro discurso. No fragmento, a modalização já aparece no início, identificando quem será responsabilizado pela afirmação: *Para o ex-ministro Delfim Netto...* Esse editorial aborda as conquistas positivas do país frente ao ciclo econômico, defendendo que a manutenção dessa positividade implica repensar as taxas de juros fixados pelo Banco Central. Para garantir essa premissa, o editorialista recorre, no parágrafo quinto, ao discurso segundo do ex-ministro Delfim Netto, que informa que o problema da alta taxa de inflação foi criada pelo governo. No mesmo parágrafo, por meio do modalizador *segundo Luciano Coutinho...*, o editorialista põe em cena o discurso segundo cuja função é a de comentar tal problemática. Vejamos:

... Essa fixação de metas de inflação em nível rígido força o Banco Central “a administrar taxas de juros insuportáveis”, segundo Luciano Coutinho, do Instituto de Economia da Unicamp. (T-20)

As afirmações presentes nos fragmentos poderiam ter sido feitas pelo próprio editorialista, mas este lançou mão do discurso segundo que, nesses casos, representam arrazoados por autoridade, pois os responsáveis pelas afirmações têm competência para fazê-las, respaldados em suas vidas profissionais.

Diante disso, notamos o quanto o editorialista é cauteloso, pois articula estrategicamente o discurso do outro de modo a reforçar o seu. No entendimento de Maingueneau (2004, p. 139), essa postura do editorialista é “um modo mais simples e mais discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado”. No entanto, percebemos que o editorialista, ao usar o discurso segundo, não visa distanciamento, mas sim tornar o discurso do outro próximo do seu, funcionando como âncora (fundamentação) para construir a opinião.

Observemos, a seguir, um quadro-síntese que demonstra, nos editoriais que compõem nosso *corpus*, a presença das manifestações e marcas do discurso relatado abordadas neste tópico.

**Quadro 3 – Manifestações do discurso relatado e suas marcas na organização dos editoriais da *Gazeta do Povo***

**LEGENDA:** A borda que envolve os números indica em qual editorial o recurso em questão se faz presente. A ausência da borda exclui a presença do recurso no texto.

MANIFESTAÇÃO/MARCA	TEXTO NO QUAL ESTÁ LOCALIZADA A OCORRÊNCIA	TOTAL
DISCURSO DIRETO	<p>01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14</p> <p>15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28</p> <p>29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41</p>	22

<b>DISCURSO INDIRETO</b>	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41	<b>20</b>
<b>COMENTÁRIO SOBRE A FALA</b>	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41	<b>16</b>
<b>ASPEAMENTO</b> Para demarcar a fala do outro (fidelidade)	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41	<b>17</b>
<b>VERBOS DICENDI</b>	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41	<b>34</b>
<b>DISCURSO SEGUNDO</b>	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41	<b>14</b>

Veremos a seguir a análise completa de um editorial do *corpus*, ressaltando as questões apresentadas anteriormente sobre o discurso relatado. Assim, demonstraremos o funcionamento das vozes alheias na construção da opinião oficial da *Gazeta do Povo*, tendo em vista o seu posicionamento no texto, suas manifestações e suas marcas.

### 3.4.3 As manifestações e o funcionamento do discurso relatado em um editorial do *corpus*

O texto seguinte representa a modalidade estrutural da **categoria 1** em que o editorialista organiza a apresentação da tese utilizando-se de fala relatada em discurso indireto. Em seguida, desenvolve o texto recorrendo ao discurso relatado e conclui emitindo o seu juízo de valor a partir do discurso do outro (assume o dito).

#### T-08 **Chegou o crescimento**

O Brasil retornou a um ciclo positivo, em que a euforia voltou a dominar a cena econômica: a produção da indústria em maio cresceu 7,8% sobre os índices de maio de 2003, avançando 6,5% no acumulado do ano. A recuperação inicialmente puxada pelas exportações já se espalhou pelo mercado interno: o comércio ampliou as vendas em 10% no último mês e a construção civil abriu mais 57 mil postos de trabalho de janeiro a maio, revertendo a queda do ano passado. Dentro desse leque de boas notícias, o setor industrial contratou mais 30 mil empregados no período, e o presidente Lula antecipou que o Ministério do Trabalho já contabiliza 1 milhão de empregos formais no primeiro semestre.

Esse é o melhor resultado desde 1994, quando o lançamento do plano de estabilização ancorado no Real domou a inflação e estimulou o consumo. Mas a melhoria ainda não é generalizada, podendo ser sentida mais vivamente em regiões beneficiadas pela dinâmica do agronegócio ou em setores favorecidos por exportações, inovação técnica ou, no caso os consumidores internos, por linhas de crédito ou juros menores.

O presidente Lula, ao se referir ao novo ciclo, assinala não estar satisfeito com esses primeiros sinais. Ele quer se certificar de que o crescimento chegou para valer, é sustentável e não repetirá padrões recorrentes nos anos anteriores, tipo “vôo de galinha”.

Para economistas como Paulo Rabello de Casto, essa trajetória de “go and stop” explica o baixo desempenho da economia durante o Plano Real, que num ciclo de dez anos não passou da média de 2,2% de crescimento.

O fundamental é que o Brasil está pronto para uma fase de crescimento firme, admitem economistas de instituições universitárias ou bancos internacionais. Richard Madigan, do JP Morgan, vê o Brasil bem preparado para enfrentar turbulências externas, por ter reduzido a parcela da dívida doméstica atrelada ao dólar e ter construído um forte superávit em conta corrente, além da estratégia de integração

comercial em várias frentes, garantindo diversificação de mercados de exportação. O professor Kenneth Rogoff, que chefiou o Departamento de Pesquisas do FMI antes de retornar para a Universidade de Harvard, vê chegada “a chance do Brasil”: o país fez um trabalho de controle da dívida pública, evitando que ela continuasse crescendo como antes e promoveu redução da dívida atrelada ao dólar.

Nessas condições, a taxa de expansão no ano pode chegar a 4% ou mais, porém um ritmo mais acentuado depende de outros fatores, centrados na chamada agenda microeconômica.

Assim, é preciso estimular o investimento para que, uma vez ocupada a capacidade produtiva da indústria, não se repita o gargalo de oferta de fases anteriores. Mais importante é o investimento em infra-estrutura, deixada[sic] de lado em função dos ajustes requeridos nos dois últimos anos (alta nos juros, contenção do crédito e elevação da carga tributária). O professor Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, pondera que o governo precisa ter agilidade para atacar esses pontos, inclusive o marco regulatório do respeito aos contratos, e seu colega Fernando Cardim, da UFRJ, defende medidas para a redução do “spread” bancário.

De toda forma, os operadores empresariais se mostram dispostos a enfrentar os desafios: fornecedores de eletricidade se apressam para colocar novas usinas em atividade, a Petrobrás deverá atingir hoje o pico de produção de 1,52 milhão de barris por dia e a nova safra agrícola poderá chegar a 130 milhões de toneladas; com o país favorecido ainda pelo aumento das exportações de açúcar e álcool, com a mudança da política agrícola européia, e busca de maior equilíbrio ambiental.

Esse conjunto de boas notícias fez circular, inclusive, rumores de breve elevação da classificação do Brasil pelas agências internacionais de risco.

A melhoria ainda não veio, mas os investidores já começam a voltar para as bolsas brasileiras, dispostos a participar do ciclo de crescimento que afinal chegou.

(Texto extraído do jornal *Gazeta do Povo* em 17/07/04 – Opinião p. 10)

A tese defendida pelo editorialista é de que *o ciclo de crescimento chegou anunciando positividade, alterando o índice de empregos formais e gerando euforia para o Brasil*. Para dar credibilidade à tese levantada, o editorialista utiliza um arrazoado por autoridade, no qual o locutor assevera que há uma asserção de **P**, por **X**, a quem se atribui a propriedade de asseverar **P**. No jogo polifônico estabelecido pelo editorialista temos:

**P:** *O ministério do trabalho já contabiliza um milhão de empregos formais no primeiro semestre*

**X:** *O presidente Lula*

A proposição do presidente dá sustentação à tese, pois prova que existe recuperação do crescimento em todos os setores, confirmado pela estatística do crescimento dos empregos formais. A forma verbal *antecipou*, responsável por introduzir o discurso indireto do presidente, confere valor de verdade ao enunciado citado, considerando que foi pronunciada pela maior autoridade do país. Se o editorialista tivesse usado a forma verbal *disse*, não teria o sabor de novidade na qual se encontra a informação, uma vez que os dados oficiais do Ministério do Trabalho ainda não haviam sido divulgados.

O editorial caracteriza-se por ser um texto no qual argumentos favoráveis e contrários à tese são apresentados. Assim, na discussão do tema, o segundo parágrafo ressalva que os resultados, embora representem o maior índice desde 1994, quando entrou em vigor o plano Real, estão atrelados a determinadas regiões do país. Os dois parágrafos seguintes, por meio do discurso relatado, dão continuidade a progressão temática apresentada no parágrafo segundo. Esses parágrafos apresentam novos arrazoados por autoridade, nos quais:

1) **P:** *não está satisfeito com esses primeiros sinais de crescimento*

**X:** presidente Lula;

2) **P:** *essa trajetória de “go and stop” explica o baixo desempenho da economia durante o plano Real*

**X:** economista Paulo Rabelo de Castro

As retomadas de fala são apresentadas pelo uso do discurso indireto e pelo discurso segundo. A forma verbal *assinala* introduz a fala do presidente, desempenhando a função de tornar público, dar a conhecer sua insatisfação e remetendo ao valor de verdade do enunciado. Nessa mesma direção (insatisfação), o discurso segundo do economista Paulo Rabello, elaborado no parágrafo quarto, dialoga com o discurso do presidente.

Nesses parágrafos, as expressões aspeadas são responsáveis por uma mudança de locutores, pois remetem a fragmentos das falas citadas: “*vôo de galinha*” (Presidente Lula) e “*go and stop*” (Paulo Rabelo de Castro). O editorialista, ao selecionar estes fragmentos e demarcá-los com as aspas de fidelidade, mantendo o colorido das falas originais, estabelece um contraponto entre a origem popular do Presidente Lula, que usa uma metáfora retirada do discurso do povo para designar um fato da área econômica, e a origem acadêmica do economista, que usa um termo do jargão técnico da economia em língua estrangeira.

O próximo parágrafo apresenta posição favorável à tese, que se insere por arrazoados por autoridade, dois introduzidos por discurso indireto e um por discurso direto:

1) **P:** *o Brasil está pronto para uma fase de crescimento firme*

**X:** economistas de instituições universitárias ou bancos internacionais;

2) **P:** *o Brasil está bem preparado para enfrentar turbulências externas*

**X:** Richard Madigan, do JP Morgan

3) **P:** *o controle da dívida pública e a redução da dívida atrelada ao dólar proporcionaram a oportunidade do crescimento econômico*

**X:** Kenneth Rogoff, ex-chefe do Departamento de Pesquisas do FMI e Professor da Universidade de Harvard

Pelo discurso indireto presente nas duas primeiras ocorrências, o editorialista interpreta a fala alheia sem perder o objetivo central: reforçar a tese proposta. Embora o primeiro discurso relatado retome um locutor colocado de forma genérica (*economistas e instituições universitárias ou bancos internacionais*), há, na seqüência, uma precisão dos responsáveis pelas afirmações seguintes (Madigan e Rogoff), conduzindo o leitor de uma observação geral para uma particularizada, aumentando o poder de persuasão. Os verbos *dicendi* contribuem para isso, pois se *admitem* pressupõe um ponto de vista sobre o dito, o uso da forma verbal *vê* (desviada de seu sentido original para o de *entender/compreender*), para introduzir as falas, supõe um entendimento obtido a partir de reflexão. Esse crescendo argumentativo tem seu ápice no uso do discurso direto de Rogoff:

Kenneth Rogoff, (...) vê chegada “a chance do Brasil”: o país fez um trabalho de controle da dívida pública, evitando que ela continuasse crescendo como antes e promoveu redução da dívida atrelada ao dólar. (T-08)

A mudança de locutores se presentifica pelo fragmento aspeado “*a chance do Brasil*” na frase introdutora do discurso direto e pelos dois pontos. Embora seu discurso não apareça aspeado, os dois pontos, pela pausa que instituem na leitura, não só marcam a polifonia de locutores como também, pelo caráter tradicionalmente conferido ao discurso direto de reproduzidor literal da fala e pelas aspas de fidelidade colocadas na expressão, torna esse discurso relatado o ápice argumentativo da posição favorável.

Em relação à progressão argumentativa, predominam a quantidade de arrazoados favoráveis à tese proposta, deixando em segundo plano os argumentos desfavoráveis, relacionados à possibilidade de retração do crescimento.

Esse posicionamento favorável vai se manifestar no desenvolvimento do texto, com a indicação, no parágrafo sexto, de que a taxa de expansão pode chegar a 4% ou mais, dependendo de outros fatores centrados na agenda microeconômica. A expressão *Nessas condições*, ao iniciar o parágrafo, em que o editorialista se sente autorizado para fazer previsões, obriga o interlocutor a entender que, as condições de que se falam são aquelas abordadas no parágrafo quinto pelo economista Madigan e pelo professor Rogoff, sobre a positividade no cenário econômico. Nessa mesma perspectiva, o operador *assim*, no parágrafo sétimo, denota que, ao observar tudo o que já se debateu sobre a questão, o editorialista elabora um enunciado cujo teor é sugestivo ao novo ciclo.

O editorialista aponta, então, fatores que merecem atenção do governo. Essa observação ganha reforço por duas ocorrências de discurso relatado em estilo indireto, nas quais:

1) **P:** *o governo precisa ter agilidade e atacar esses pontos*

**X:** Professor Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central

2) **P:** *são necessárias medidas para reduzir o “spread” bancário*

**X:** Fernando Cardim, Professor da UFRJ

Os arrazoados, além de fortalecerem as afirmações iniciais do editorialista, trazem outras medidas que não foram apontadas por ele, contribuindo para a progressão informacional do texto.

Os verbos *dicendi* das frases introdutoras remetem a responsabilidade do dito aos seus locutores, comprometendo-os com o conteúdo exposto, pois *pondera* supõe exame atento, reflexão e análise sobre a questão; e *defende*, uma sustentação de posição já estabelecida.

Nos parágrafos nono e décimo, o editorialista assume o dito em seus enunciados, mas podemos observar o quanto o discurso do outro, no momento do desenvolvimento do “raciocínio opinativo em torno do tema” (NASCIMENTO, 2005), influenciou suas conclusões. O conjunto de boas notícias por ele mencionado no parágrafo nono representa a junção de informações a partir dos discursos anteriormente relatados. Nessa mesma perspectiva, vemos no parágrafo décimo sua conclusão, afirmando que “a melhoria ainda não veio, mas os investidores já começam a voltar para as bolsas brasileiras, dispostos a participar do ciclo de crescimento que afinal chegou”. Torna-se evidente a conclusão ancorada no discurso do outro se observarmos a expressão “crescimento que afinal chegou”, que retoma a tese apresentada no primeiro parágrafo e defendida no desenvolvimento do texto.

Em síntese, podemos dizer que a ocorrência dessas várias vozes presentes no editorial sob análise e o jogo polifônico aí ativado contribuem para uma construção diferenciada desse gênero, pois o editorialista da *Gazeta do Povo* utilizou o discurso relatado para: a) imprimir maior credibilidade a seus argumentos; b) aumentar o poder de persuasão de seus argumentos; c) conferir valor de verdade ao enunciado citado, pelo uso das aspas e do discurso direto; d) contrapor argumentos favoráveis e desfavoráveis, caracterizando o processo articulatório de ordenação das idéias e discussão dos fatos do editorial; e) dar continuidade à progressão temática e informacional; f) atribuir, pelas formas verbais, a responsabilidade do dito ou seu valor de verdade ao locutor citado; g) influenciar a constituição da conclusão apresentada. Finalmente, numa confluência de todas as funções anteriores, o editorialista consegue o mais importante: persuadir o leitor a aderir à opinião expressa no editorial.

## CONCLUSÃO

Ao voltarmos nossa atenção ao jornal *Gazeta do Povo*, estabelecemos como objetivos de nossa pesquisa investigar o uso do discurso relatado na construção dos editoriais, demonstrando as manifestações, as marcas e a funcionalidade desse fenômeno nos textos.

Delimitamos nosso *corpus* de análise considerando a temática do crescimento econômico. Dada a complexidade da temática e com a finalidade de demonstrar as condições sócio-históricas do desenvolvimento econômico nacional, necessários à compreensão dos editoriais sob análise, descrevemos o cenário econômico brasileiro desde a década de quarenta e, depois, como a *Gazeta do Povo* abordou o assunto. No período de vinte meses, o Jornal veiculou quarenta e um editoriais, que, em função do desenvolvimento da temática, dividimos em três grandes momentos: a) oito que abordam a retomada inicial do crescimento econômico; b) doze que apresentam o desenrolar das discussões sobre o novo ciclo de desenvolvimento econômico; e c) vinte e um que tratam das novidades e incertezas para uma gestão econômica sustentada.

A partir de um arcabouço teórico baseado em estudos da enunciação e da área do jornalismo, discutimos as características gerais da linguagem jornalística, o gênero editorial, o dialogismo na linguagem, a polifonia e as manifestações e marcas do discurso relatado.

Situamos o editorial no Jornal e apresentamos os seus traços específicos referentes à linguagem. Os textos sob análise são impressos no topo de uma página editorial dupla e conjugada, dividindo espaço com outros gêneros jornalísticos (charge, carta dos leitores, artigos de colaboradores e de colunistas). Ocupa o espaço que vai

de uma margem a outra de uma página, com a palavra “opinião” escrita em caixa alta acima do título.

Quanto ao registro de linguagem, os editorialistas da *Gazeta do Povo* seguem as normas sugeridas pelos manuais de redação e estilo do jornalismo, utilizando palavras e expressões de um registro formal, sem complexidade sintática que possa impedir a compreensão de um leitor de nível médio. No entanto, não seguem as recomendações quanto ao uso de uma linguagem objetiva e impessoal com verbos na terceira pessoa e com o pronome oblíquo *se*. Em nosso *corpus*, encontramos apenas três ocorrências com tais características; nos textos restantes temos a manifestação da primeira pessoa do plural que, em alguns editoriais, é usada para interpelar o leitor e denota subjetividade. No que diz respeito ao uso de verbos *dicendi* considerados neutros, nossos editoriais também não estão de acordo com as normas sugeridas pelos manuais. Há uma ocorrência mínima dos verbos *dizer*, *afirmar* e *declarar*, representando apenas 8,4% (onze ocorrências) do total de cento e trinta e quatro verbos. Os outros 91,6% (cento e vinte e três textos) veiculam diversos pressupostos, que são articulados intencionalmente pelo editorialista para conduzir o leitor ao posicionamento pretendido por ele. Ainda no que tange à linguagem, o Jornal faz uso da pauta como um filtro que determina os assuntos e a maneira como eles devem ser abordados.

Nos editoriais da *Gazeta do Povo*, o discurso relatado aparece em posições diferenciadas. A análise do *corpus* nos permitiu chegar ao estabelecimento de três categorias: na primeira, com vinte e sete ocorrências, a tese e o desenvolvimento exibem manifestações de discurso relatado e a conclusão é elaborada pelo editorialista; na segunda, com sete unidades, a tese é definida pelo editorialista e o desenvolvimento

e a conclusão trazem o discurso relatado em sua constituição; e, na terceira, com sete ocorrências, não há discurso relatado em nenhum ponto da estrutura do editorial. Em todas as ocorrências o discurso relatado funciona como arrazoado por autoridade. Portanto, o lugar no qual aparece a retomada da fala do outro é significativo, pois a presença do discurso relatado na definição da tese significa propor o tema de discussão a partir de um posicionamento alheio; no desenvolvimento, implica a atribuição de uma força maior ao argumento, mas, ao mesmo tempo, um deslocamento da responsabilidade na formação desse argumento para as autoridades citadas. Assim, o leitor é levado a posicionar-se a partir da orientação que a voz da autoridade citada proporciona. Quando o editorialista utiliza o discurso relatado para formular sua conclusão, verificamos que os textos não explicitam a voz do Jornal bem como seu ponto de vista (apreciação) sobre os pontos debatidos. A voz do Jornal e suas conclusões ficam implícitas, sugerindo ao leitor que a opinião relatada no discurso do outro seja, por adesão, a opinião do Jornal.

O discurso relatado manifesta-se nos editoriais do *corpus* em três modalidades distintas: o discurso direto, o indireto e o comentário sobre a fala. Todas as manifestações têm por objetivo atribuir maior credibilidade ao argumento apresentado pelo editorialista. Embora os discursos direto e indireto exibam, quanto ao ponto de vista formal, diferenças claras entre si, nos editoriais analisados não sentimos que haja uma diferença entre ambos, no que diz respeito à literalidade da fala relatada. Em nenhum deles temos a garantia da representação literal do que foi dito, entretanto, percebemos que o editorialista utiliza o discurso direto em alguns editoriais para enfatizar a mudança de locutores e, com ela, aumentar a credibilidade nos enunciados relatados. Outra possibilidade de discurso relatado é o comentário sobre a fala, que nos

textos de nosso *corpus* funciona, assim como os discursos direto e indireto, como arrazoado por autoridade. Em algumas poucas ocorrências, o fato de o comentário sobre a fala ser um comentário geral sintetizador de um discurso permite que o editorialista realize a progressão textual a partir dele, elencando elementos que não foram abordados na síntese.

Consideramos três marcas do discurso relatado em nosso *corpus*: o aspeamento, os verbos *dicendi* e a modalização em discurso segundo. Detivemos nosso estudo das aspas nos casos em que elas se relacionam com a mudança de locutores e, em todas as ocasiões, o aspeamento é usado para atribuir fidelidade ao dito. Os verbos *dicendi* não só são utilizados para introduzirem o outro no discurso, mas servem também a outros propósitos do editorialista, dependendo dos pressupostos que transmitem. Tomando por base a proposta de Charolles (1988, *apud* Benites, 2002 e Maingueneau, 1993), classificamos as formas verbais presentes no *corpus* que remetem: a) ao valor de verdade do enunciado (sessenta e sete ocorrências); b) à posição cronológica (onze ocorrências); e c) ao ponto de vista emprestado ao enunciador (cinquenta e seis ocorrências). Não encontramos no *corpus* nenhuma ocorrência de verbos que remetem a uma hierarquia, como *ordenar*, *suplicar* ou *solicitar*. Portanto as formas verbais não são escolhidas ao acaso; pelo contrário, são escolhidas em virtude dos pressupostos que veiculam, pois interferem diretamente na maneira como o leitor avalia o conteúdo do arrazoado apresentado. Quanto à modalização em discurso segundo, ela aparece também para introduzir, pelas formas *Segundo fulano*, *Para fulano*, *Conforme fulano*, o arrazoado por autoridade.

Além das funções já demonstradas acima, a análise na íntegra de um editorial do *corpus* nos mostrou que o discurso relatado também contribui para dar continuidade à progressão temática e informacional dos textos.

Em termos gerais, considerando que a opinião do jornal é mostrada no editorial, é possível afirmar que a *Gazeta do Povo* tem uma posição favorável à política econômica desenvolvida pelo governo, pois não encontramos nenhum exemplo no *corpus* que desenvolva uma tese contrária ao andamento dado pelo presidente Lula e seus assessores às questões econômicas. Há, obviamente, na discussão dos temas, a apresentação de argumentos desfavoráveis, mas eles são silenciados pelos favoráveis na construção final da opinião.

Nossa análise nos leva a crer que a alta recorrência ao discurso do outro para formular sua opinião é o que diferencia o editorial da *Gazeta do Povo* de outros editoriais de jornais em circulação. O discurso relatado é utilizado para reforçar os argumentos do editorialista, que faz veicular sua opinião por intermédio da fala alheia, aproximando-se, portanto, dos posicionamentos apresentados.

Acreditamos que nossa pesquisa abra caminho para outras que busquem, por exemplo, fazer um estudo comparativo do editorial da *Gazeta do Povo* com o de outros jornais em circulação ou mesmo do editorial com outros gêneros textuais presentes na própria *Gazeta do Povo* ou na mídia impressa em geral.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: *DRLV – Revue de Linguistique*. Paris, n.26, 1982, pp.91-151.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, SP, n.19, jul./dez. 1990, pp.25-42.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*. Volume 1, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: As Técnicas do Jornalismo*. Volume 2, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.277-326.

\_\_\_\_\_. A interação verbal. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992, p.110-127.

\_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BALTAR, Marcos Antonio Rocha. *A competência discursiva através dos gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula*. 2003. 141f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras Teorias do Texto e do Discurso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin a teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C.A. et al (orgs). *Diálogos com Bakhtin*. 2ª ed. Curitiba: Editora da UFPR, 1999, p.21-42.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre, Sulina, ARI, 1980.

BENITES, Sonia Aparecida Lopes. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

BONINI, Adair. O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais: um estudo introdutório. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão-SC. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL, v. 2, n.1, jul. 2001.

\_\_\_\_\_. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis: Insular, 2002.

\_\_\_\_\_. Veículo de Comunicação e Gênero Textual: noções conflitantes. *Revista D.E.L.T.A*, v. 19, n.1, p.65-89, jan. 2003a.

\_\_\_\_\_. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão-SC. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL, v. 4, n.1, p.01-15, jul. 2003b.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Trad. De Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CAPELLATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CASTRO, Gilberto de. *Em busca de uma lingüística sociológica: contribuições para uma leitura de Bakhtin*. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em Lingüística de Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Paraná, 1993.

CHEDE, Jonel. Reforma política: vislumbrada, postergada, almejada. In: *Gazeta do Povo*, Curitiba, ano 87, 11 mai. 2005. Página Opinião, p.11.

CITELLI, ADILSON. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC, 1972.

DIA-A-DIA. In: *As grandes conquistas da humanidade*. São Paulo: Klick, 2003. pp. 202-244.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ENERGIA. In: *As grandes conquistas da humanidade*. São Paulo: Klick, 2003. pp. 100-116.

FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *A redação pelo parágrafo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

GARCIA, Othon Maria. *Comunicação em prosa moderna*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GUIMARÃES, Doroti Maroldi. Considerações sobre o esquema de editoriais. In: *Anais do V Seminário do CELLIP – Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, p. 179-184.

GUIMARÃES, Eduardo. Conjunções: polifonia e orientação argumentativa. In: *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KRIEGER, Maria da Graça. Editoriais jornalísticos: discursos de representação do interesse coletivo. *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*. Porto Alegre: UFRGS, v.5, p. 158-164, jan./dez. 1990.

LAGE, Nilson. *Linguagem Jornalística*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta de Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MANUAL da redação Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: *INTERCON - Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, ano XIV, nº 64, p.74-92, jan./jun 1991.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. (org.) O Estado de São Paulo. *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NASCIMENTO, Celso. *Questionário respondido pela Gazeta do Povo sobre os aspectos metodológicos usados na produção do editorial*. Documento obtido por contato on-line (e-mail) em 14 de outubro de 2005.

PLATÃO, Francisco Savioli & FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto*. São Paulo: Saraiva, 1989.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.

REBELO, Neiva Maria Soares. *Análise do processo persuasivo no gênero editorial*. 1999. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Letras e Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1999.

RISSO, Mercedes Sanfelice. *A representação da fala dos personagens em Fogo Morto* (Estatuto Lingüístico e Literário). 1978. 211f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. *A construção e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. 347 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROMUALDO, Edson Carlos. *A construção polifônica das falas na justiça: as vozes de um processo crime*. 2002. 332 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras. UNESP, Assis, 2002.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SERAFINI, Maria Tereza. *Como escrever texto*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1985.

SILVA, Soeli Schreiber da. *Argumentação e Polifonia na linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de. Gêneros de discurso e tipos de texto. *Revista Perspectiva*, Erechim, v.27 n.100, pp.07-17, dezembro de 2003.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. *Ensaio de Economia*. Ed. eletrônica. Texto completo em [www.eumed.net/cursecon/libreria/](http://www.eumed.net/cursecon/libreria/) . Editado por eumed, 2004.

TEZZA, Cristovão. A polifonia como uma categoria ética. In: *Revista Cult* Edição 77, março de 2004. Disponível em: <[http://revistacult.uol.com.br/esprial\\_polifonia.htm](http://revistacult.uol.com.br/esprial_polifonia.htm)>. Acesso em 05 out. 2006.

## **Apêndices**

**1- CONTATO ON-LINE (Yahoo! Mail – celsonasci@onda.com.br)**Yahoo! Mail – [paulogaiotto@yahoo.com.br](mailto:paulogaiotto@yahoo.com.br)

Página 1 de 1

Mensagem não sinalizada. [ [Sinalizar](#) - [Marcar como não lida](#) ]

Data: Wed, 19 Oct 2005 01:10:01 -0200 (Horário brasileiro de verão)  
De: "Celso" <celsonasci@onda.com.br>  [Ver detalhes do contato](#)  
Para: "Paulo Gaiotto" <paulogaiotto@yahoo.com.br>  
Assunto:  Res: pedido de auxílio em minha pesquisa

---

Olá Paulo!

Desculpe-me a demora em atender a sua solicitação. Espero ter respondido satisfatoriamente a todas as questões e, assim, ajudado no seu trabalho, mas continuo a sua inteira disposição para esclarecimentos que você julgar necessários, está bem?

Abraços,

Celso Nascimento

-----Mensagem original-----

**De:** [Paulo Gaiotto](#)  
**Data:** 10/14/05 15:41:25  
**Para:** [celsonasci@onda.com.br](mailto:celsonasci@onda.com.br)  
**Assunto:** pedido de auxílio em minha pesquisa

## 2- QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA GAZETA DO POVO SOBRE OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DURANTE A PRODUÇÃO DO EDITORIAL

- 1) Qual é o meio que os jornalistas da *Gazeta do Povo* buscam como apoio ao redigirem seus textos? Existem algumas “normas” entre eles norteando como deve ocorrer a elaboração dos textos, ou o jornal *Gazeta do Povo* dispõe de manual próprio com técnicas de redação e estilo?
  - Nossos jornalistas utilizam-se das regras convencionais da redação jornalística e de acordo com o gênero de matérias que estiverem escrevendo no momento. No gênero **notícia**, por exemplo, a técnica da pirâmide invertida, com *lead*, *sub-lead* e *restante*. Para o primeiro parágrafo (*lead*) procuramos obedecer à boa norma de responder às seis perguntas de Kipling: o quê, quem, quando, onde, como e por que. Já outros gêneros, como a reportagem, a crônica ou o editorial, são seguidas outras normas gerais da técnica de redação jornalística.
  - Neste último caso, o editorial, a técnica recomendada é dividir o texto em três grandes partes. Na primeira, apresentamos ao leitor o assunto sobre o qual iremos tratar/opinar; na segunda, desenvolvemos um raciocínio opinativo em torno do tema; e, na terceira, apresentamos a conclusão que tiramos do raciocínio.
  - A *Gazeta do Povo* não dispõe de um manual próprio de redação. Utiliza, com as adaptações que julgamos necessárias, o “Manual de Redação e Estilo” do jornal *O Estado de São Paulo*.
  
- 2) Como o gênero opinativo (no caso do editorial) é entendido pela *Gazeta do Povo*, ou por seus editorialistas?
  - O texto do editorial é encarado como o de maior responsabilidade dentre todos. Exige uma linguagem de elevado padrão de qualidade sob todos os aspectos e extremo cuidado para a manutenção do bom-senso e do equilíbrio na opinião que externa.
  
- 3) Frente a esse entendimento, (questão 2), a opinião veiculada nos textos editoriais sempre está ligada ao pensamento empresarial do grupo *Gazeta do Povo*? Ou, a opinião veiculada também pode ser entendida como a representação de um consenso do grupo de editorialistas que redigem esse texto, obedecendo a critérios pré-estabelecidos pela redação do jornal?
  - O editorial invariavelmente expressa o pensamento do jornal e não necessariamente o pensamento dos jornalistas que os escrevem. Profissionais experientes, com longos anos de vivência na empresa, os editorialistas da *Gazeta do Povo* conhecem à perfeição as políticas

editoriais da casa. Isto não significa, no entanto, que não recebam eventualmente orientações da direção superior quanto à abordagem que devem desenvolver em assuntos específicos.

- 4) Como se dá o revezamento dos editorialistas na produção do editorial? É uma divisão centrada em temas pré-estabelecidos onde alguns estão estudando sempre mais alguns temas que outros, ou existe outra maneira? Os editorialistas estão aptos para produzirem textos editoriais independente da direção temática dos assuntos?
- De modo geral, os assuntos são definidos pelos próprios editorialistas ou, eventualmente, pela alta direção.
  - Há pelo menos dois critérios gerais que norteiam a escolha dos assuntos: o primeiro, que os temas sejam oportunos (fatos noticiados no dia ou em curso durante a semana); segundo, que sejam relevantes dos pontos de vista político, econômico, social ou comunitário. Suplementarmente, observa-se também o critério da proximidade – isto é, merecem prioridade os assuntos que, atendidos os pressupostos anteriores, digam respeito aos interesses mais imediatos do Paraná (área de circulação do jornal).
  - São dois os editorialistas na Gazeta do Povo. Revezam-se nos dias da semana e trabalham em regime de exclusividade – isto é, não se ocupam de nenhuma outra função na Redação. Não há especialização: ambos estão aptos a produzir textos sobre os mais diferentes temas. É claro que os mais complexos são sempre objeto de estudo, pesquisa e consultas preliminares junto a fontes especializadas em busca de subsídios para a formulação final da opinião do jornal.
- 5) Em função do curto espaço de tempo no qual se encontra o jornalista, após a elaboração do editorial é possível que este passe pela revisão/apreciação do chefe de redação ou, apenas o consenso firmado entre os editorialistas acerca da temática a ser tratada já é suficiente para que o editorial seja produzido e publicado?
- Desde o advento da informatização das redações dos jornais, seus repórteres e redatores passaram a ser responsáveis pela qualidade de seus próprios textos, quer do ponto de vista gramatical, ortográfico etc., quer do ponto de vista do seu conteúdo. Por isso, o setor de revisão – antigamente numeroso – foi praticamente extinto. No caso do editorial, no entanto, há pelo menos duas supervisões – de revisão do texto (por parte de profissional revisor) e de verificação de conformidade da opinião expendida (por parte da alta direção).

## **Anexos**